

Bayport Financial Services Moçambique (MCB), SA
Demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022

Índice

Informações Gerais	3
Responsabilidades e Aprovação do Conselho de Administração.....	4
Relatório do Conselho de Administração	5
Relatório do Auditor Independente	13
Demonstração de Resultados e Outros Rendimentos Integrais.....	16
Demonstração da Posição Financeira	17
Demonstração das Variações no Capital Próprio	18
Demonstração dos Fluxos de Caixa	19
Políticas Contabilísticas Significativas	20
Notas às Demonstrações Financeiras.....	32

Informações Gerais

País de constituição e domicílio	Moçambique
Natureza do negócio e actividades principais	Prestação de serviços financeiros de retalho
Conselho de Administração	Grant Colin Kurland Bryan Arlow Bene Machatine Ivan Machava Osvaldo Nhampossa Nothando Ndebele Ranganai Mubaiwa
Endereço comercial	Avenida 25 de Setembro No 1147, 3º Andar Maputo Moçambique
Empresa-mãe	Bayport Management Ltd constituída na República das Maurícias
Principais Bancos	Absa Bank Moçambique, S.A. Access Bank Mozambique, S.A. Banco Comercial e de Investimentos, S.A. Banco de Investimento Global, S.A. Banco Nacional de Investimento, S.A. Banco Société Générale Moçambique, S.A. First National Bank Moçambique, S.A. Millenium BIM Banco Internacional de Moçambique, S.A. Moza Banco, S.A. Nedbank Moçambique, S.A. Standard Bank Moçambique, S.A
Auditores	BDO Limitada Avenida 25 de Setembro 1230 3º Andar Edifício 33 Andares Maputo, Mozambique
Advogados	CGA Advogados Av. 24 de Julho Nº 7, 7º Andar Maputo Mozambique
Número de registo do Banco	100312530

Responsabilidades e Aprovação do Conselho de Administração

O Conselho de Administração tem a obrigação nos termos do Código Comercial de Moçambique, de manter registos contabilísticos adequados e é responsável pelo conteúdo e integridade das demonstrações financeiras e informações financeiras relacionadas, incluídas neste relatório. É da sua responsabilidade assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Microbanco no final do exercício financeiro e os resultados das suas operações e os fluxos de caixa do período findo nessa data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board, IASB na sigla Inglesa). Os Auditores externos estão envolvidos para expressar uma opinião independente sobre as demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo IASB e baseiam-se em políticas contabilísticas apropriadas consistentemente aplicadas e suportadas por estimativas e julgamentos razoáveis e prudentes.

A Administração reconhece que é, em última instância, responsável pelo sistema de controlo interno, estabelecido pelo Microbanco e está ciente da considerável importância de manutenção de um forte ambiente de controlo. Para permitir que a administração cumpra com essas responsabilidades, ela define normas de controlo interno destinadas a reduzir o risco de erro ou perda tendo em consideração a relação custo-benefício. As normas incluem a delegação adequada de responsabilidades no âmbito de uma estrutura claramente definida, procedimentos de contabilidade eficazes e segregação adequada de funções para assegurar um nível de risco aceitável. Esses controlos são monitorados em todo o Microbanco e todos os colaboradores são obrigados a manter os mais elevados padrões éticos na garantia de que a actividade do Microbanco seja conduzida de forma que, em todas as circunstâncias razoáveis, seja incorruptível. O foco da gestão de risco no Microbanco está na identificação, avaliação, gestão e monitoria de todas as formas conhecidas de risco no Microbanco. Enquanto o risco operacional não pode ser totalmente eliminado, o Microbanco envida esforços para minimizá-lo, assegurando que a infraestrutura, controlos, sistemas e comportamento ético apropriados sejam aplicados e geridos no âmbito de restrições e procedimentos pré-determinados.

O Conselho de Administração é de opinião, com base na informação e explicações dadas pela Gestão, que o sistema de controlo interno proporciona uma garantia razoável de que se pode confiar nos registos financeiros para a preparação das demonstrações financeiras. Porém, qualquer sistema de controlo interno pode apenas proporcionar garantia razoável e não absoluta, contra distorções ou perdas materiais.

O Conselho de Administração reviu a previsão dos fluxos de caixa do Microbanco do exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 e, de acordo com a mesma revisão e da posição financeira actual, está convicta de que o Microbanco tem ou teve acesso a recursos suficientes para a sua continuidade operacional num futuro previsível. O Conselho de Administração fez uma avaliação da capacidade do Microbanco de continuar a operar segundo o pressuposto da continuidade e não tem motivos para duvidar da capacidade do Microbanco poder continuar a operar segundo esse pressuposto no próximo exercício.

O auditor externo é responsável por auditar e emitir relatórios sobre as demonstrações financeiras do Microbanco de forma independente. As demonstrações financeiras foram auditadas pelo auditor externo do Microbanco e o seu relatório é apresentado nas páginas 13 e 15.

As demonstrações financeiras constantes das páginas 16 a 55, que foram preparadas segundo o pressuposto da continuidade, foram aprovadas pelo conselho de administração em 23 de Fevereiro de 2023 e foram assinadas em seu nome por:

Conselho de Administração



Administrador Financeiro



Administrador Delegado

Relatório do Conselho de Administração

O Conselho de Administração tem a honra de apresentar o seu relatório sobre as Demonstrações Financeiras do Bayport Financial Services Moçambique (MCB), S.A. (o "Microbanco" ou "Bayport") para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022.

1. Constituição

O Microbanco foi constituído em 19 de Julho de 2012, na República de Moçambique.

2. Natureza do Negócio

O Microbanco tem por objecto a prestação de serviços financeiros a retalho e a captação de depósitos. O Microbanco opera na República de Moçambique.

Não houve outra alteração significativa à natureza da actividade do Microbanco relativamente ao exercício anterior.

Por que existimos: Nossa visão

A nossa visão é ser a marca de soluções financeiras mais valiosa nos mercados escolhidos, fornecendo uma ampla vasta gama de soluções financeiras exclusivas e relevantes, adaptadas às necessidades dos nossos clientes

Para alcançar este objectivo, o Bayport irá projectar uma nova realidade na prestação de serviços financeiros e será reconhecida por demonstrar consistentemente o mais alto padrão de atendimento, responsabilidade e inovação.

O Bayport será a primeira escolha para a satisfação das necessidades financeiras da população economicamente activa - trazendo esperança, elevação e libertação financeira para as comunidades que servimos.

O que aspiramos: Nossa missão

A missão da Bayport é fornecer soluções financeiras adequadas às necessidades de uma ampla e inclusiva base de clientes adoptando tecnologias e, liderança de produtos e inovação, com o objectivo de se tornar o principal provedor de soluções financeiras para mercados em desenvolvimento.

Nossas crenças: Os nossos valores

Capacitação

Acreditamos na capacidade e vontade de todas as pessoas de se fortalecerem e moldarem os seus próprios destinos, tendo em vista as oportunidades económicas e de auto-capacitação correcta e o acesso a soluções financeiras que mudam as suas vidas-

Acreditamos numa cultura empresarial capacitada, onde a família Bayport é incentivada a ser proactiva e dispõe de ferramentas e abordagem certas para cumprir a promessa da nossa marca.

Responsabilidade

Acreditamos no nosso dever de atender a cada um e todos os clientes, de modo a fornecermos um acesso responsável a produtos de risco, crédito e outras soluções financeiras.

Acreditamos no nosso papel como membro responsável das sociedades em que vivemos e prestamos serviços bem como a nossa responsabilidade para com o outro. Defendemos o mais alto padrão de integridade, cidadania empresarial e comportamento ético.

Inovação

Acreditamos na inovação que faça impacto e melhora a situação das pessoas em tecnologia e inovações de produtos que permitem relacionamentos significativos com os nossos clientes.

Acreditamos no espírito de empreendedorismo criativo, desafiando convenções e abraçando as lições que aprendemos.

Simplicidade

Estamos comprometidos em fazer e criar produtos simples. Simples de entender e que possam repercutir nos consumidores. Simples de promover sem o custo de confusão. Uma promessa de marca expressa da forma mais simples e directa possível.-.

A simplicidade deve ser o mecanismos de orientação relativamente a forma como abordamos os nossos clientes, elaboramos as nossas soluções e inovamos, como trabalhamos juntos, nos reunimos e tomamos decisões.

2. Natureza do negócio (continuação)

Parceria

Acreditamos no poder de construir relacionamentos duradouros com membros da família Bayport, clientes, comunidades e partes interessadas, com base na confiança e num profundo entendimento do que é importante para os mesmos.

Reconhecemos que os nossos parceiros locais e a administração local são os verdadeiros defensores da nossa marca e que a sua sabedoria local é fundamental para o sucesso.

Relevância

Acreditamos em colocar-nos continuamente numa simples série de testes, questionando: "Se o que estamos a fazer é consistente com o modo de operar da Bayport e se..."

- É bom para o nosso cliente?
- Agrega valor ou apoia a família Bayport?
- Respeita o critério de custo-benefício?
- É sustentável?

Ao responder "Sim!" asseguramos que os serviços que prestamos são relevantes.

3. Revisão dos resultados financeiros e das actividades

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro e com os requisitos do Código Comercial de Moçambique. As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente relativamente ao exercício anterior.

Todos os dados respeitantes à posição financeira, resultados das operações e os fluxos de caixa do Microbanco constam das demonstrações financeiras.

Economia

À escala global, em conformidade com as Perspectivas Económicas Mundiais emitidas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) em Outubro de 2022, a actividade económica global conheceu um abrandamento de base ampla e mais acentuado do que o esperado, com uma inflação mais elevada do que a observada em várias décadas. A crise do custo de vida, o aperto das condições financeiras na maioria das regiões, a invasão russa da Ucrânia, e a persistente pandemia da COVID-19, tudo isto pesou fortemente nas perspectivas. Previa-se que o crescimento global abrandasse de 6,0% em 2021 para 3,2% em 2022 e 2,7% em 2023. Sendo este o perfil de crescimento mais fraco desde 2001, com excepção da crise financeira global e da fase aguda da pandemia da COVID-19. A inflação global deverá aumentar de 4,7% em 2021 para 8,8% em 2022, mas diminuir para 6,5% em 2023 e para 4,1% em 2024. Esperava-se que as políticas monetárias se mantivessem no bom caminho para restaurar a estabilidade dos preços, e as políticas fiscais teriam como objectivo aliviar as pressões sobre o custo de vida, mantendo ao mesmo tempo uma postura suficientemente restritiva e alinhada com a política monetária. Reformas estruturais para continuar a apoiar a luta contra a inflação, melhorando a produtividade e atenuando as restrições de abastecimento, enquanto a cooperação multilateral foi considerada necessária para acompanhar rapidamente a transição da energia verde e evitar a fragmentação.

Além disso, de acordo com o Boletim Financeiro emitido em Dezembro de 2022, o Banco de Moçambique declara que na primeira metade de 2022, a economia global enfrentou riscos crescentes para a actividade económica e a estabilidade financeira e de preços devido ao surto de guerra entre a Rússia e a Ucrânia e à reintrodução de medidas restritivas para conter a pandemia da COVID-19 na Ásia. Estes acontecimentos justificaram a revisão em baixa do crescimento económico pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial para o ano corrente, num cenário de riscos acrescidos para a estabilidade financeira, especialmente nas economias avançadas, mas sem a concretização de um acontecimento sistémico global que afecte as instituições financeiras ou os mercados.

No mesmo relatório, no contexto interno, o Banco de Moçambique declarou que um crescimento de 4,37% da actividade económica no primeiro semestre de 2022 contribuiu para a manutenção de um nível moderado de risco sistémico, reflectindo a melhoria contínua da procura e a recuperação dos sectores mais afectados pela COVID-19, na sequência da flexibilização das medidas restritivas a nível interno e da maioria dos sectores externos. Mesmo assim, o sistema financeiro nacional sofreu de algumas vulnerabilidades, especialmente a instabilidade militar no norte do país e a ocorrência de fenómenos climáticos extremos.

O sector bancário permaneceu sólido e resiliente durante o período em análise, com crescimento dos lucros e níveis adequados de capitalização e liquidez. Entretanto, em termos de qualidade dos activos, o rácio de crédito mal parado foi de 10,02%, acima do valor de referência aceitável de 5,0%. O sector registou um aumento anual do rácio de solvabilidade de 116 pontos de base (pb) para 26,76%, um crescimento dos activos de 6,13% (para 847 mil milhões de meticais), e um aumento dos lucros de aproximadamente 52,71%.

3. Análise das Demonstrações Financeiras (continuação)

O Comité de Política Monetária (CPMO) aumentou as taxas de referência durante o ano com o objectivo de mitigar os elevados riscos e incertezas sobre a inflação, em particular devido aos efeitos das persistentes tensões geopolíticas na Europa. Verificaram-se aumentos de 400 bps em todas as principais taxas de referência, ou seja, Taxa de política monetária (MIMO), Taxa de facilidade de crédito (FPC), Taxa de facilidade de depósito (FPD), e Taxa de empréstimo principal (PLR), para 17,25%, 20,25%, 14,25% e 22,60% respectivamente. A expectativa é que a CPMO continue a monitorar a evolução dos riscos e incertezas associados à inflação, a fim de reduzir para menos de dois dígitos.

Desempenho financeiro

Apesar do ambiente económico instável, particularmente a elevada inflação, para além da implementação tardia da tabela salarial única (TSU) pelo governo moçambicano para funcionários públicos, o Bayport conseguiu superar os desafios e ter um bom desempenho nos empréstimos subscritos. No entanto, cientes do elevado impacto da inflação nos consumidores, a gestão decidiu não repassar aos mutuários os aumentos da taxa de empréstimo principal, ainda que isso tenha sido feito à custa da erosão da margem de juro líquida.

O rendimento de juros cresceu 12,29% de MZN 4,37 mil milhões para MZN 4,94 mil milhões, apoiado por um crescimento proporcional na carteira de empréstimos líquido de 15,15%. As despesas de funcionamento diminuíram 1,53% principalmente devido à exclusão de imparidade no software anteriormente reconhecido, bem como a estratégias contínuas de contenção de custos de gestão para restringir as despesas apenas ao essencial do negócio. No entanto, o Microbanco continua a implementar esforços de contenção de custos para mitigar o potencial impacto negativo da continuação da Pandemia da Covid-19, impacto negativo da guerra da Ucrânia e ainda apoiar o crescimento da carteira de créditos.

O metical tem sido relativamente estável ao longo do ano, sem alterações desde Julho de 2022. As perdas cambiais registadas durante o ano, resultantes principalmente da liquidação do financiamento recebido em USD, bem como os pagamentos a fornecedores estrangeiros efectuados durante o ano.

As despesas de imparidade aumentaram em 268% de 128,66 milhões de MZN em 2021 para 473,45 milhões de MZN. o que significa que o custo do risco aumentou de 1,31% em 2021 para 3,46%. Este aumento resultou principalmente de atrasos na cobrança de alguns municípios que ocorreram ao longo do ano, resultando na migração para um período futuro dos respectivos empréstimos. O rácio de crédito improdutivo também aumentou de 2,19% para 3,31%. Em parte, como resultado deste mau desempenho de imparidade, os lucros após impostos diminuíram substancialmente em 24,23% de MZN 866,05 milhões registados em 2021 para MZN 656,21 milhões em 2022.

Indicadores do desempenho financeiro

Rentabilidade	2022 (MZN)	2021 (MZN)
Juros e rendimentos similares	4,942,242,376	4,370,589,119
Rendimento líquido de juros	2,713,395,596	2,583,463,851
Serviços e comissões líquidas	3,404,423	(2,144,246)
Rendimentos operacionais	2,727,867,285	2,723,996,075
Gastos Operacionais	1,294,682,234	1,314,744,782
Gastos de imparidade	473,446,064	128,659,278
Lucro do exercício	656,206,924	866,047,298
Posição financeira		
Empréstimos e adiantamentos a clientes (líquidos)	16,139,608,697	14,016,548,534
Depósitos de clientes	5,040,837,434	3,581,595,678
Capital próprio	4,266,283,849	3,844,597,861
Rácios		
Margem de lucro líquida (lucro do exercício)/(juros e rend. simil. e rend. Serv. e comissões)	13.27%	19.83%
Rentabilidade do capital próprio (lucro do exercício/média do cap. próprio)	16.18%	26.91%
-Créditos improdutivos (NPL)/Empréstimos brutos	3.31%	2.19%

A margem de lucro líquida diminuiu de 19,83% para 13,27% principalmente devido ao impacto líquido do aumento dos juros e outros rendimentos semelhantes, bem como ao aumento dos gastos de imparidade. A rentabilidade dos capitais próprios também diminuiu de 26,41% para 16,18% principalmente devido ao impacto da diminuição dos lucros após impostos.

3. Análise das Demonstrações Financeiras (continuação)

Para continuar na sua trajetória de crescimento, o Bayport abraça desafios que garantem a adequação da liquidez, reforçada pela sólida capacidade de financiamento dos accionistas e pelo desempenho favorável dos activos. O aumento do volume de negócios foi estrategicamente alinhado com os investimentos correspondentes em sistemas administrativos, capital humano e tecnologias de informação em anos anteriores para proporcionar a máxima eficiência ao longo de toda a cadeia de valor.

O mercado também continuou a ser bastante receptivo ao produto de captação de depósitos, resultando num aumento do saldo de MZN 3,58 mil milhões no início do ano para MZN 5,04 mil milhões no final do ano. Assim sendo, os depósitos continuam a desempenhar um papel importante no nosso financiamento

Recursos Humanos

Em Dezembro de 2022, o número de efectivos, incluindo a gestão, era de 132, repartidos da seguinte forma em termos de género.

	2022	2021
Feminino	50	56
Masculino	82	94
Total	132	150

O decréscimo do número de colaboradores deve-se ao facto de o projecto de redimensionamento iniciado em 2020 ter sido concluído em Fevereiro de 2022. Além disso, houve um atraso premeditado na substituição de alguns dos colaboradores que foram perdidos por *turnover* (saída) natural de colaboradores

Bayport realizou vários programas de formação para colaboradores durante o ano, tais como aulas de inglês, Tratado de Dupla Tributação, Certificação do Gestor de Risco Financeiro (FRM) e formação em Gestão Organizacional da FranklinCovey. O Bayport também fez uso de formação interna via eLearning na plataforma Moodle onde os funcionários receberam formação interna sobre tópicos tais como, Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo, Sensibilização para situações de Fraude, NAVEX, Gestão de Risco, Imagem Corporativa, Segurança da Informação e Código de Conduta da Bayport.

Rede de Agências

O número total de agências existentes era de 11 no final do ano, mantendo-se inalterado desde 2021. No entanto, as agências continuam a ser amplamente distribuídas mesmo após o encerramento destas, com pelo menos uma agência em cada província, reforçando a inclusão financeira. As restantes 11 agências estão localizadas da seguinte forma:



3. Análise das Demonstrações Financeiras (continuação)

Gestão de risco

O Conselho de Administração é responsável pela gestão de riscos e pelo estabelecimento da estrutura de gestão de risco. O Comité de Auditoria, Risco e Conformidade ("ARC") é responsável pela supervisão de gestão de risco e monitoria dos riscos associados aos relatórios financeiros, políticas contabilísticas, controlo interno e governação de tecnologias de informação. O ARC é responsável pela gestão de risco, incluindo a definição da estrutura de gestão de risco, definição da apetência pelo risco e monitoria da gestão de risco do Microbanco incluindo crédito e conformidade. O Microbanco tem também um Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO), que tem a responsabilidade de tomar a dianteira na gestão dos activos e passivos O ALCO, que é composto por membros da administração, reporta ao comité de ARC.

Assumir riscos é essencial para o negócio financeiro e, portanto, o risco é uma consequência inevitável na realização de negócios. O objectivo do Microbanco é, portanto, alcançar um equilíbrio adequado entre o risco e retorno e minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Microbanco.

Risco de liquidez

A adequação e a inadequação controlada dos prazos de maturidades e das taxas de juro de activos e passivos é fundamental para a gestão do risco de liquidez do Microbanco. Não é comum que as instituições financeiras sejam sempre completamente correspondidas considerando que o negócio praticado é, muitas vezes, incerto e de diferentes tipos. Uma posição não correspondida aumenta potencialmente a lucratividade, mas pode aumentar igualmente o risco de perdas.

A maturidade dos activos e passivos para substituir, a um custo aceitável, passivos geradores de juros assim que vençam, é um factor importante na avaliação da liquidez do Microbanco e da sua exposição às mudanças nas taxas de juro e taxas de câmbio.

Risco de taxas de juro

O objectivo do processo de gestão de risco de taxas de juro do Microbanco é gerir e controlar a exposição das taxas de juro para otimizar o retorno sobre o risco, mantendo um perfil de mercado consistente com a missão do Microbanco

O risco das taxas de juro é o risco de os movimentos nas taxas de juro reduzirem o rendimento ou o capital do Microbanco

A parte principal da gestão de risco das taxas de juro do Microbanco é o acompanhamento da sensibilidade do rendimento líquido de juros projectado sob diferentes cenários de taxas de juro (modelo de simulação). O Microbanco tem como objectivo, através da sua gestão de risco de taxas de juro, mitigar o impacto dos potenciais movimentos nas taxas de juro, que poderiam reduzir os resultados futuros e o capital.

Gestão de risco do capital

A estrutura de capital do Microbanco consiste em capital próprio, empréstimos e caixa e equivalentes de caixa. O Microbanco revê a estrutura de capital numa base regular. O Microbanco tem regulamentos que esbeleçam o montante de capital que todos os Microbanco devem possuir, principalmente, o rácio de solvabilidade de 8% para cobrir os activos ponderados. A fim de manter ou ajustar a estrutura de capital, o Microbanco pode ajustar o montante de dividendos pagos aos accionistas, devolver capital aos accionistas ou emitir novas acções. Consistente com outros no sector, o Microbanco também monitora o capital com base no rácio de endividamento.

No final do ano, o rácio de solvabilidade do microbanco era de 18,77%, superior ao limite mínimo, contudo, cientes do crescimento esperado do Microbanco e do impacto que este crescimento teria sobre o rácio de solvabilidade.

Risco cambial

O Microbanco está exposto ao risco cambial decorrente de várias exposições cambiais, principalmente através de empréstimos e contas a pagar e, saldos bancários em moeda estrangeira em dólares dos Estados Unidos. O Microbanco está exposto ao risco de que as quantias escrituradas desses activos e passivos denominados em moeda estrangeira possam mudar devido a flutuações nas taxas de câmbio.

A parte principal da gestão de risco cambial do Microbanco é o acompanhamento da sensibilidade dos ganhos futuros e do capital para diferentes taxas de câmbio. A entidade tem como objectivo, através da sua gestão de risco de taxas de juro, mitigar o impacto dos potenciais movimentos nas taxas de juro, que poderiam reduzir os resultados futuros e o capital.

3. Análise das Demonstrações Financeiras (continuação)

Risco operacional

O risco operacional é o risco de perdas decorrentes de falhas de sistemas, erro humano, fraude ou acontecimentos externos. Quando ocorre uma falha nos controlos, os riscos operacionais podem causar danos na reputação da instituição, ter implicações legais ou regulamentares ou dar origem a perdas financeiras. A instituição não pode esperar eliminar todos os riscos operacionais, mas através de uma estrutura de controlo e de monitoria e respondendo aos potenciais riscos, é capaz de gerir os riscos. Os controlos incluem uma efectiva segregação de funções, acesso, autorização e procedimentos de reconciliação, formação do pessoal e processos de avaliação.

Política anti-fraude

O Microbanco dispõe de um sistema de denúncias denominado Navex. Este sistema auxilia no fortalecimento da orientação do Microbanco para uma maior transparência e prevenção e/ou detecção de actividades fraudulentas ao nível das actividades.

4. Capital Social

Emitido	Capital social (MZN)	Percentagem do Capital Social (%)
Bayport Management Ltd	2,748,238,031	99,00
Whatana Investments	13,880,807	0,50
Outros particulares	13,880,807	0,50
Total	2,775,999,645	100,00

A nota 24 das demonstrações financeiras apresenta os detalhes do movimento do capital social emitido.

5. Dividendos

Embora o Microbanco tenha apresentado lucros, devido ao aumento das Reservas Obrigatórias pelo Banco Central que se espera que aumente a pressão em relação a liquidez do Microbanco, o Conselho de Administração decidiu não declarar dividendos dos resultados do exercício de 2022 (2021: nulo).

6. Governação

A estrutura de governação do Microbanco é composta por um Conselho Fiscal Único, um Conselho de Administração e seus Comitês. No final do ano, existiam três comitês do conselho de administração, nomeadamente, o ARC, o Comité de Crédito e o Comité de Remuneração (REMCO).- O Comité de Auditoria, Risco e Conformidade (ARC) criou um sub-comité, nomeadamente, o Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO) que se ocupa da gestão de activos e passivos.

Para a gestão diária do Microbanco, o Conselho de Administração delegou algumas das suas funções ao Comité Executivo, que é chefiado pelo Administrador Delegado.

6.1 Conselho Fiscal Único

O fiscal Único do Microbanco durante o corrente exercício foi a CW Ducker.

6.2 Mesa da Assembleia Geral

Daisy Nogueira (CGA) Secretário da Sociedade

6.3 Composição do Conselho de Administração

Os Membros do Conselho de Administração do Microbanco na data de aprovação das demonstrações financeiras são os seguintes:

Grant Colin Kurland	Presidente
Bene Machatine	Administrador Executivo
Bryan Arlow*	Administrador Nao-Executivo
Ivan Machava*	Administrador Nao-Executivo
Oswaldo Nhamossa*	Administrador Nao-Executivo
Nothando Ndebele*	Administrador Nao-Executivo
Ranganai Mubaiwa	Administrador Executivo

* Estes directores foram devidamente nomeados pelos accionistas, mas aguardam a aprovação do Banco de Moçambique.

6. Governança (continuação)

6.2 Comité Executivo

Na data de aprovação destas demonstrações financeiras, os membros do Comité Executivo são os seguintes:

Comité Executivo

Bene Machatine	Administrador Delegado
Ranganai Mubaiwa	Administrador Financeiro
Francisco Orlando	Director Comercial e de Operações

7. Eventos após o período de relato

A 25 de Janeiro de 2023, o Banco de Moçambique (BdM) anunciou um aumento do nível de reservas obrigatórias de 10,50% para 28% e de 11,00% para 28,50% para moeda local e moeda estrangeira, respectivamente, com efeito a partir de 22 de Fevereiro de 2022, aumentando a procura de liquidez e afectando a trajectória de lucro. A gestão pôs em prática planos para satisfazer as exigências de liquidez extra, cumprindo ao mesmo tempo os objectivos de lucro estabelecidos no final do ano passado. Para o conseguir, a gestão procurará, sobretudo, aumentar o financiamento da dívida sénior e alargar os depósitos detidos para o longo prazo .

8. Empresa-mãe

A empresa-mãe é a Bayport Management Ltd. que foi constituída na República das Maurícias.

9. Auditores

O auditor externo do microbanco é a BDO Limitada, nomeada em Março de 2021 em conformidade com o Decreto n.º 65/2011 de 21 de Dezembro de 2011.

10. Proposta de aplicação de lucros

Propõe-se o seguinte:

- Transferência para Reserva Legal - propõe-se que MZN 196.862.077, representando 30% do lucro realizado em 2022, seja transferido para uma reserva legal em conformidade com os requisitos legais (Lei 20/2020 de 31 de Dezembro de 2020 em particular).
- É ainda proposto que o restante do lucro, no montante de MZN 459,344,843, seja mantido em lucros retidos e aplicado na totalidade para aumentar o capital próprio da empresa ("Fundos Próprios").

As demonstrações financeiras constantes das páginas 16-55, que foram preparadas segundo o pressuposto da continuidade, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de Fevereiro de 2023, e foram assinadas em seu nome por:



Grant Colin Kurland
(Presidente)



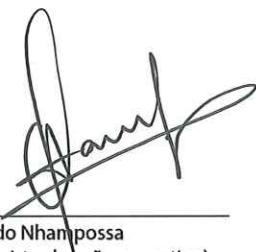
Bene Machatine
(Administrador Delegado)



Bryan Arlow
(Administrador não executivo)



Ivan Machava
(Administrador não executivo)



Osvaldo Nhampossa
(Administrador não executivo)



Nothando Ndebele
(Administrador não executivo)



Ranganai Mubaiwa
(Administrador Financeiro)

AOS ACCIONISTAS DA
BAYPORT FINANCIAL SERVICES MOÇAMBIQUE (MCB), S.A.
MAPUTO

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da BAYPORT FINANCIAL SERVICES MOÇAMBIQUE (MCB), S.A., que compreendem o balanço em 31 Dezembro 2022 (que evidencia um total activos de MZN 19 602 881 740 e um total de capital próprio de MZN 4 266 283 848 incluindo um resultado líquido de MZN 656 206 920), a demonstração dos resultados, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da BAYPORT FINANCIAL SERVICES MOÇAMBIQUE (MCB), S.A., em 31 de Dezembro 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF).

Base para a opinião

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras deste relatório.

Somos independentes da entidade de acordo com os requisitos do Código de Ética do IESBA e com os requisitos éticos relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Moçambique, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos e no Código do IESBA. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Informação distinta das demonstrações financeiras e do relatório de auditoria sobre as mesmas

O Conselho de Administração é responsável pela outra informação. A outra informação compreende as informações incluídas no relatório anual, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a outra informação e não expressamos qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação. No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura da outra informação, em consequência, considerar se essa outra

informação é relevante é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria ou se aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efectuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar sobre este facto.

Responsabilidades do conselho de administração e dos encarregados da governação pelas demonstrações financeiras

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) e pelo controlo interno que ela determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o Conselho de Administração é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o Conselho de Administração tenha a intenção de liquidar a Sociedade ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

Os encarregados da governação são responsáveis pela supervisão do processo de relato financeiro da Sociedade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Os nossos objectivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são considerados materiais se, isolados ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores, tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria, e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos a prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dada que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.

- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo Conselho de Administração.
- Concluimos sobre a apropriação no uso, pelo Conselho de Administração, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade da entidade em continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório.
Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que a entidade descontinue as operações.

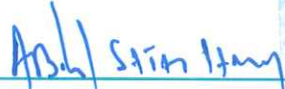
Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificado durante a auditoria.

Adicionalmente, declaramos aos encarregados da governação que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório de auditoria, excepto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública ou quando, em circunstâncias raras, determinamos que a matéria não deve ser divulgada no nosso relatório porque, fazendo-o, existem consequências adversas que se espera possam ser maiores que os benefícios do interesse público.

BDO (MOÇAMBIQUE), LDA

Sociedade de Auditores Certificados, nº 02/SAC/OCAM/2012, representada por:



Engagement Partner: Abdul Satar A. Hamid

Auditor Certificado: 01/CA/OCAM/2012

Maputo, 23 de Fevereiro de 2023

Demonstração de Resultados e Outros Rendimentos Integrais

Valores em Meticals	Nota(s)	2022	2021
Juros e rendimentos similares	3	4,942,242,376	4,370,589,119
Juros e gastos similares	4	(2,228,846,780)	(1,787,125,268)
Rendimento líquido de juros		2,713,395,596	2,583,463,851
Rendimentos de serviços e comissões	5	100,968,948	86,764,762
Gastos com serviços e comissões	5	(97,564,526)	(88,909,008)
Serviços e comissões líquidas	5	3,404,422	(2,144,246)
Rendimentos operacionais líquidos	6	(6,611,646)	134,971,929
Outros rendimentos integrais		17,621,695	8,523,145
Ganhos (Perdas) de activos móveis disponíveis para venda		57,217	(818,604)
Rendimentos operacionais		2,727,867,284	2,723,996,075
Imparidade de empréstimos e adiantamentos e créditos e contas a receber	12&13&31.1	(473,446,064)	(128,659,278)
Rendimentos operacionais líquidos		2,254,421,220	2,595,336,798
Gastos com o pessoal	7	(522,588,075)	(513,585,274)
Depreciações e amortizações	15&16&17	(132,849,995)	(199,985,227)
Outros gastos operacionais	8	(639,244,168)	(601,174,281)
Lucro antes de impostos		959,738,982	1,280,592,015
Imposto corrente	9.1	(289,413,715)	(338,042,495)
Imposto diferido	9.1	(14,118,347)	(76,502,222)
Lucro do exercício		656,206,920	866,047,298
Outros rendimentos integrais		-	-
Total do rendimento integral do exercício		656,206,920	866,047,298



Contabilista Certificado



Conselho de Administração

As demonstrações financeiras devem ser lidas em conjunto com as notas às demonstrações financeiras.

Demonstração da Posição Financeira

Valores em Meticais	Nota	2022	2021
Activos			
Caixa e disponibilidades no Banco Central	10	558,778,926	491,106,145
Depósitos em outras instituições financeiras	11	708,834,655	299,443,630
Empréstimos a adiantamentos a cliente	12	16,139,608,697	14,016,548,534
Outros Activos	13	46,329,302	50,344,853
Outros activos financeiros	14	1,615,602,766	1,439,954,479
Activos tangíveis	15	64,253,247	83,888,201
Activos sob direito de uso	16	93,660,336	103,176,635
Activos intangíveis	17	367,373,033	434,726,220
Activos por impostos correntes	9,2	2,819,338	201,686
Activos por impostos diferidos	9,3	5,621,440	9,525,327
Total de Activos		19,602,881,740	16,928,915,710
Passivos e Capital Próprio			
Passivos			
Depósitos de clientes	18	5,040,837,434	3,581,595,678
Recursos de instituições de crédito	19	-	60,525,669
Outros Passivos	20	604,649,055	521,066,157
Locação financeira	21	111,227,336	127,472,363
Empréstimos	22	7,966,353,903	6,582,949,799
Empréstimos dos accionistas	23	1,600,648,723	2,006,406,781
Impostos a pagar	9,2	-	201,634,422
Passivos por impostos diferidos	9,3	12,881,441	2,666,980
Total dos Passivos		15,336,597,892	13,084,317,849
Capital próprio			
Capital Social	24	2,775,999,645	2,775,999,645
Outras Componentes de Capital Próprio	24	-	234,520,933
Reservas legais	25	506,072,038	246,257,848
Lucros retidos		984,212,165	587,819,435
Total do capital próprio		4,266,283,848	3,844,597,861
Total dos Passivos e do Capital Próprio		19,602,881,740	16,928,915,710


 Contabilista Certificado


 Conselho de Administração

As demonstrações financeiras devem ser lidas em conjunto com as notas às demonstrações financeiras.

Demonstração das Variações no Capital Próprio

Valores em Meticals	Capital Social	Outras componentes do capital próprio	Total do Capital	Reserva legal	Lucros acumulados / (Prejuízos acumulados)	Total do capital próprio
Saldo em 01 de Janeiro de 2021	2,483,520,645	157,250,976	2,640,771,621	128,472,369	(160,442,384)	2,608,801,606
Aumento em depósito de ações	-	369,748,957	369,748,957	-	-	369,748,957
Aumento do capital social	292,479,000	(292,479,000)	-	-	-	-
Total do rendimento integral do exercício	-	-	-	-	866,047,298	866,047,298
Total de alterações	292,479,000	77,269,957	369,748,957	117,785,479	748,261,819	1,235,796,255
Saldo em 01 de Janeiro de 2022	2,775,999,645	234,520,933	3,010,520,578	246,257,848	587,819,435	3,844,597,861
Reembolso do depósito de ações	-	(234,520,933)	(234,520,933)	-	-	(234,520,933)
Total do rendimento integral do exercício	-	-	-	-	656,206,920	656,206,920
Transferência para reservas legais	-	-	-	259,814,190	(259,814,190)	-
Total de alterações	-	(234,520,933)	(234,520,933)	259,814,190	396,392,730	421,685,987
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	2,775,999,645	-	2,775,999,645	506,072,038	984,212,165	4,266,283,848

Nota

24

24

24

25



Contabilista Certificado


 Conselho de Administração

As demonstrações financeiras devem ser lidas em conjunto com as notas às demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Valores em Meticals	Nota(s)	2022	2021
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Caixa utilizado em operações	26	2,573,117,095	1,086,649,585
Custos financeiros pagos		(1,106,518,031)	(793,276,437)
Imposto pago		(453,012,182)	(276,736,042)
Variação nos impostos		(40,653,607)	12,675,747
Fluxo de caixa líquido utilizado em actividades operacionais		972,933,275	29,312,853
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Fluxo de caixa líquido utilizado em actividades de investimento	15	(17,896,247)	(49,446,035)
Investimento em títulos	14	(175,648,287)	(168,667,603)
Aquisição de activos intangíveis	17	(327,600)	(1,817,597)
Alienação de activos tangíveis		789,820	1,169,440
Fluxo de caixa líquido utilizado em actividades de investimento		(193,082,314)	(218,761,795)
Fluxo de caixa líquido gerado em actividades de financiamento			
Receitas da emissão de obrigações		292,999,000	680,000,000
Reembolso de obrigações - capital		-	(1,364,890,000)
Reembolso de obrigações - juros		(482,618,554)	(307,088,575)
Receitas de Empréstimos		3,031,459,101	4,674,758,770
Reembolso de empréstimos - capital		(2,025,398,131)	(2,208,264,154)
Reembolso de empréstimos - juros		(535,947,451)	(580,020,314)
Financiamento recebido de empréstimo de accionistas		-	177,246,450
Reembolso de empréstimo de accionistas - Capital		-	(837,691,926)
Reembolso de empréstimo de accionistas - Capital		(247,113,185)	-
Passivo de Locação - reembolso de capital		(22,468,229)	(98,253,885)
Passivo de Locação - Juros pagos		(18,653,103)	(22,665,058)
(Reembolso)/Recebimento de depósito para acções		(234,520,933)	371,499,933
Fluxo de caixa líquido gerado em actividades de financiamento		(242,261,485)	484,631,242
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		730,024,106	434,841,806
Total de caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	28	1,267,613,581	730,024,106



Contabilista Certificado



Conselho de Administração

As demonstrações financeiras devem ser lidas em conjunto com as notas às demonstrações financeiras.

Políticas Contabilísticas Significativas

Informação Corporativa

O Bayport Financial Services Moçambique (MCB), S.A., (doravante designada por "Bayport" ou "Microbanco"), é uma instituição financeira privada, constituída em 19 de Julho de 2012, com Sede em Maputo, Moçambique. A empresa mãe é a Bayport Management Limited, uma sociedade constituída nas Maurícias. O Microbanco está envolvido na concessão de créditos a particulares, particularmente, colaboradores no sector público.

1. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como emitidas pelo IASB, e pelas disposições do aviso 4/GBM/2007 de 30 de Março de 2007, com base no custo histórico, excepto para a mensuração de certos instrumentos financeiros pelo justo valor, e incorporam as principais políticas contabilísticas a seguir descritas. As demonstrações financeiras são apresentadas em Meticais.

Para efeitos de supervisão, o Bayport qualifica-se como um Microbanco que está sujeito à Lei 20/2020 de 31 de Dezembro de 2020 e é supervisionado pelo Banco de Moçambique.

A demonstração da posição financeira é apresentada por ordem decrescente de liquidez. As referências a maturidades correntes desses activos e passivos financeiros são divulgadas nas notas explicativas da demonstração da posição financeira e na análise dos activos e passivos financeiros. As políticas contabilísticas são consistentes com o exercício anterior, excepto quando especificamente indicado de outra forma.

1.1 Julgamentos significativos e fontes de incerteza de estimativa

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer que a administração faça julgamentos, estimativas e pressupostos que podem afectar a aplicação de políticas contabilísticas e quantias reportadas de activos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados baseiam-se na experiência histórica e noutros factores que se acredita serem razoáveis, dadas as circunstâncias. Elas formam a base para fazer juízos sobre valores contabilísticos de activos ou passivos que não são de outra forma imediatamente claros. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. As estimativas e pressupostos são periodicamente revistas. As alterações de estimativas contabilísticas são reconhecidas no período em que a estimativa é revista se a revisão afectar somente esse período, ou o período da revisão e períodos futuros, se a revisão afectar ambos períodos.

Determinadas políticas contabilísticas foram identificadas em situações onde a Gestão aplicou um nível mais alto de julgamento que tenha efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, ou estimativas e pressupostos que possuam um risco significativo de causar um ajustamento relevante nas quantias escrituradas dos activos e passivos no próximo exercício financeiro. Os resultados reais poderiam, por definição, portanto, diferir frequentemente das estimativas contabilísticas relacionadas. O uso mais significativo de julgamentos e estimativas é detalhado como se segue:

Pressuposto da continuidade

A Administração avaliou a capacidade do Microbanco no que concerne à continuidade das suas operações e está convicta de que possui recursos suficientes para a continuidade das suas operações num futuro previsível. Adicionalmente, a gestão não tem conhecimento de nenhuma incerteza significativa que possa pôr em causa a continuidade das operações do Microbanco. Consequentemente, as demonstrações financeiras do Microbanco continuam a ser preparadas com base no princípio da continuidade.

Vida útil e valores residuais dos activos

Os activos tangíveis são depreciados ao longo da sua vida útil tendo em conta valores residuais, quando apropriado. A vida útil dos activos e os valores residuais são avaliados no final de cada exercício e podem variar dependendo de vários factores. Ao reavaliar a vida dos activos, são tidos em conta factores como inovação tecnológica, ciclo de vida dos produtos e programas de manutenção.

Impostos

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados com base nas regras definidas pela legislação fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento da instituição sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

As autoridades fiscais têm o direito de rever a situação fiscal da instituição por um período de até 5 (cinco) anos, o que pode resultar em eventuais ajustamentos devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação aplicável, nomeadamente, em sede de, Imposto de Rendimento de Pessoas Colectivas (IRPC), Imposto de Rendimento de Pessoas de Singulares (IRPS) e o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA).

A Administração acredita ter cumprido todas as obrigações fiscais a que o Microbanco está sujeito. Não se espera que quaisquer correções à base fiscal declarada em resultado destas revisões tenham um efeito material nas demonstrações financeiras.

1.1 Julgamentos significativos e fontes de incerteza de estimativa (continuação)

Activos por impostos diferidos

Activos por impostos diferidos são reconhecidos na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis e permitirão que o activo por impostos diferidos seja recuperado no futuro, face ao qual os mesmos activos podem ser utilizados. Os prováveis lucros tributáveis são estimados com base em planos de negócios que incluem estimativas e pressupostos sobre o crescimento económico, taxas de juros, taxa de inflação, taxas de imposto e forças concorrenciais.

Justo valor de instrumento financeiro

Quando o justo valor de activos e passivos financeiros registados nas demonstrações não pode ser calculado com base em cotações de mercados activos, o justo valor é determinado usando diversas técnicas de avaliação, que incluem uso do modelo dos fluxos de caixa descontados. Os dados a inserir nestes modelos são obtidos com base na informação disponível de mercados quando possível, contudo, sempre que tal não seja exequível, é necessário recorrer em alguma medida de julgamento para determinar o justo valor. Os julgamentos incluem considerações de dados tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Alterações nos pressupostos acerca destes factores podem afectar o justo valor reconhecido nas demonstrações financeiras.

Imparidade de activos financeiros

As imparidades de activos financeiros são registadas usando a abordagem prescrita na IFRS 9, a menos que o activo seja considerado em imparidade de crédito no reconhecimento inicial, casos em que aqueles requisitos específicos contidos na IFRS 9 serão aplicados. Esta abordagem requer a provisão para perdas de crédito esperadas ao invés de perdas de crédito incorridas conforme o requisito da IAS 39. A estimativa de imparidades de activos financeiros é inerentemente incerta e depende de muitos factores, incluindo condições económicas gerais (actuais e futuras), mudanças estruturais nos sectores de actividade, alteração das circunstâncias de clientes particulares e outros factores externos, tais como, requisitos legais, especificações regulamentares e mudanças nas políticas governamentais.

Após o reconhecimento de activos financeiros, as perdas de crédito esperadas para 12 meses serão registadas.- As imparidades avaliadas para perdas de crédito esperadas ao longo da vida do instrumento financeiro serão registadas para activos financeiros cujo risco de crédito tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. Imparidades mensuradas em perdas de crédito esperadas ao longo da vida do instrumento financeiro serão também registadas para activos financeiros que estejam em imparidade de crédito.

Locações de acordo com a IFRS 16

Os julgamentos críticos feitos sobre a aplicação da IFRS 16 incluem a identificação dos contratos de arrendamento e a razoabilidade em determinar se será exercida uma extensão ou uma opção de rescisão.

1.2 Activos tangíveis

Activos tangíveis são itens tangíveis que o Microbanco detém para uso próprio ou arrendado a terceiros e que se espera que sejam utilizados por mais de um ano.

O custo de um item de activo tangível é reconhecido como um activo quando:

- For provável que benefícios económicos futuros associados ao item fluirão para Microbanco; e
- O custo do item possa ser fiavelmente mensurado.

Os activos tangíveis são inicialmente mensurados ao custo.

Os custos incluem os dispêndios inicialmente incorridos para adquirir ou criar um activo tangível e os custos incorridos posteriormente para adicioná-lo, substituir parte do mesmo, ou prestar-lhe serviço. Se o custo de substituição for reconhecido no valor contabilístico de um item de investimentos em activos tangíveis, o valor contabilístico da parte substituída é desreconhecido.

Os activos tangíveis são mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, e perdas por imparidade.

Os activos tangíveis são depreciados pelo método de quotas constantes durante a vida útil prevista para o seu valor residual estimado.

A vida útil dos itens de activos tangíveis foi avaliada da seguinte forma:

Item	Mobiliário de escritório
Mobiliário de escritório	5 anos
Viaturas	4 anos
Mobiliário de escritório	5 anos
Equipamento informático	3 anos
Obras em edifícios arrendados	Durante o tempo previsto do contrato (5 anos)

O valor residual, a vida útil e o método de depreciação de cada activo são revistos no final de cada período de relato. Se as expectativas diferirem das estimativas anteriores, a mudança é contabilizada como uma alteração na estimativa contabilística

Cada componente de um activo tangível que represente um custo significativo em relação ao custo total do item é depreciado separadamente.

O custo de depreciação para cada período é reconhecido no resultado a menos que seja incluído na quantia escriturada de outro activo.

Os testes de imparidade são realizados nos activos tangíveis quando existe um indicador de que podem estar em imparidade. Quando a quantia escriturada de um activo tangível é avaliada como sendo superior ao valor recuperável estimado, uma perda por imparidade é reconhecida imediatamente nos resultados, de forma a alinhar a quantia escriturada com o valor recuperável.

Desreconhecimento de activos tangíveis

Um activo tangível é desreconhecido após a alienação ou quando não se espera nenhum benefício económico futuro do seu uso continuado ou alienação. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes do desreconhecimento de um activo tangível apurado como sendo a diferença entre a quantia pela qual o item foi alienado, se houver, e a quantia escriturada do item, é incluído na demonstração de resultados quando o item é desreconhecido.

1.3 Activos intangíveis

Um activo intangível é reconhecido quando:

- For provável que benefícios económicos futuros associados ao item fluirão para o Microbanco; e
- O custo do item possa ser fiavelmente mensurado.

Os activos intangíveis são inicialmente mensurados pelo custo.

Os activos intangíveis são registados pelo custo menos qualquer amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade.

Os activos intangíveis são considerados como tendo uma vida útil infinita quando, baseado em todos os factores relevantes, não existe uma previsão do limite para o período que se espera que um activo produza fluxos de caixa. Para estes activos não é registada nenhuma amortização, mas os mesmos são sujeitos a testes de imparidade anuais e sempre que existam indicações de que o activo possa estar em imparidade. Para todos os outros activos intangíveis, a amortização é calculada com base em quotas constantes durante a vida útil estimada.

O período de amortização e o método de amortização são revistos em cada data de relato.

A reavaliação da vida útil dos activos intangíveis com vida útil finita após ter sido classificado como infinita é um indicador de que o activo possa estar em imparidade. Por isso, o activo é sujeito a teste de imparidade e a quantia escriturada é amortizada durante a vida útil remanescente

Itens internamente gerados, tais como marcas, logótipos, títulos de publicações, listas de clientes e itens similares não são reconhecidos como activos intangíveis.

A amortização é reconhecida pelo método de quotas constantes durante a vida útil estimada. A vida útil estimada e o método de amortização são revistos no final de cada período de relato. Os efeitos de qualquer alteração na estimativa são contabilizados numa base prospectiva:

Item	Período de vida útil
Software informático	3 - 7 anos

Um activo tangível é desreconhecido após a alienação ou quando não se espera nenhum benefício económico futuro do seu uso continuado ou alienação. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes do desreconhecimento de um activo tangível apurado como sendo a diferença entre a quantia pela qual o item foi alienado, se houver, e a quantia escriturada do item, é incluído na demonstração de resultados quando o item é desreconhecido.

1.4 Instrumentos financeiro

Classificação

O Microbanco classifica os activos e passivos financeiros segundo as seguintes categorias:

- Activos financeiros ao custo amortizado;
- Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral;
- Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

O Microbanco pode fazer uma escolha irrevogável no reconhecimento inicial para investimentos específicos em instrumentos de capital próprio que, de outra forma, seriam mensurados ao justo valor através de resultados para apresentar mudanças subsequentes no justo valor através de outro rendimento integral. Este investimento não é detido para negociação nem retribuição contingente.

Um activo financeiro é mensurado pelo custo amortizado se o mesmo satisfaz as duas condições abaixo e não é designado pelo justo valor através dos resultados:

- O activo é detido num modelo de negócios cujo objectivo consiste em deter activos para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do activo financeiro dão origem, em datas definidas, a fluxos de caixa que são apenas reembolsos de capital e pagamento de juros sobre o montante de capital em dívida.

Avaliação do modelo de negócios

O Microbanco faz uma avaliação do objectivo do modelo de negócios em que um activo é detido a um nível da carteira porque esta situação reflecte melhor a forma como o negócio é gerido e as informações são fornecidas à gestão. As informações consideradas incluem:

- As políticas e os objectivos estabelecidos para a carteira e a implementação dessas políticas na prática. Em particular, se a estratégia da Gestão centra-se em ganhar rendimentos de juros contratuais, combinando a duração dos activos financeiros aos passivos que estão a financiar esses bens ou a realizar fluxos de caixa através de vendas dos activos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e comunicado à Gestão do Microbanco;
- Os riscos que afectam o desempenho do modelo de negócios (e os activos financeiros detidos nesse modelo de negócios) e como esses riscos são geridos;
- A frequência, o volume e o calendário das vendas em períodos anteriores, as razões para tais vendas e as expectativas sobre a futura actividade de vendas. Informações sobre a actividade de vendas são consideradas como parte da avaliação geral de como o objectivo do Microbanco é estabelecido para gerir os activos financeiros e alcançado e como os fluxos de caixa são realizados.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são exclusivamente pagamentos de capital e de juros

Para efeitos desta avaliação, 'capital' é definido como o justo valor do activo financeiro no reconhecimento inicial. 'Juros' são definidos como o valor temporal do dinheiro e para o risco de crédito associado com o montante de capital em dívida durante um determinado período de tempo e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), bem como a margem de lucro.

Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são exclusivamente de pagamento de capital e juros, o Microbanco considera os termos contratuais do instrumento. Inclui avaliar se o activo financeiro contém uma cláusula contratual que poderia mudar o calendário ou a quantia de fluxos de caixa contratuais, de forma que não fosse satisfazer esta condição. Ao fazer esta avaliação, o Microbanco considera:

- A taxa de juros cobrada aos clientes;
- A comissão de originação e a comissão de serviço cobradas aos clientes;
- Quaisquer outros montantes cobrados aos clientes (se existirem);
- Eventos contingentes que mudariam a quantia e o calendário dos fluxos de caixa;
- Características de alavancagem;
- Termos de pagamentos antecipados e de extensão;
- Termos que limitam a reivindicação do Microbanco aos fluxos de caixa de activos específicos (por exemplo, regime de activos sem recurso); e-
- características que modicam a consideração do valor temporal do dinheiro (por exemplo, redefinição periódica das taxas de juros).

Os activos financeiros que foram classificados como mensurados ao custo amortizado incluem caixa e depósitos no Banco Central, Depósitos em outras instituições financeiras, outros activos, empréstimos e adiantamentos.

Se o modelo de negócio/ teste do SPPI (Classificação dos Instrumentos Financeiros-Somente pagamento de capital e juros) não for satisfeito, o activo financeiro seria classificados como justo valor através de lucros ou perdas.

Reconhecimento inicial e mensuração

O Microbanco reconhece inicialmente activos e passivos financeiros na data em que se torna parte contratual dos instrumentos. Isto ocorre na data em que esses instrumentos financeiros são originados.

Os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente pelo justo valor. Os custos de transacção que são directamente atribuíveis à aquisição ou emissão de activos e passivos financeiros são adicionados ou deduzidos do justo valor dos activos ou passivos financeiros, consoante o caso, no reconhecimento inicial.

O Microbanco geralmente não reclassifica instrumentos financeiros entre diferentes categorias subsequentemente ao reconhecimento inicial. Activos financeiros são reclassificados somente se o Microbanco alterar o seu modelo de negócios para gerir activos financeiros. Em conformidade com a IFRS 9:

- Passivos financeiros nunca podem ser reclassificados; e
- Activos financeiros só podem ser reclassificados se houver uma mudança no modelo de negócios.

Mensuração subsequente

Instrumentos de capital próprio designados como justo valor através de outro rendimento integral (FVTOCI)

Instrumentos de Capital Próprio designados ao Justo Valor através de Outro Rendimento Integral (FVTOCI), são inicialmente mensurados ao justo valor acrescido de custos de transacção. Posteriormente, são mensurados ao justo valor com ganhos e perdas decorrentes de variações no justo valor reconhecidos em outro rendimento integral e acumulados em outras reservas.

Os valores reconhecidos em outro rendimento integral não são reclassificados para lucros ou prejuízos em nenhuma circunstância, sendo transferidos para resultados acumulados em caso de alienação.

Custo amortizado

Os activos financeiros classificados como mensurados pelo custo amortizado, são mensurados usando o método da taxa de juro efectiva, menos quaisquer perdas esperadas por imparidade, que são reconhecidas nos lucros ou prejuízos. O custo amortizado é calculado tendo em conta quaisquer custos de transacção na aquisição, bem com as comissões e os custos que são parte integrante da taxa de juro efectiva.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados ao longo da vida esperada do activo financeiro para o valor contabilístico bruto de um activo financeiro. Ao calcular a taxa de juros efectiva para instrumentos financeiros que não sejam activos com imparidade de crédito, o Microbanco estima os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contractuais do instrumento financeiro, mas não as perdas de crédito esperadas. Para os activos com imparidade de crédito, a taxa de juro efectiva ajustada é calculada utilizando os fluxos de caixa estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas. O cálculo da taxa de juro efectiva inclui custos de transacção e comissões que são parte integrante da taxa de juro efectiva. Os custos de transacção incluem custos incrementais que são directamente atribuíveis à aquisição ou emissão de um activo financeiro ou passivo financeiro.

As comissões de originação são consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva e são contabilizadas em juros e outros rendimentos similares.

As perdas de crédito esperadas são calculadas através da utilização de uma metodologia apropriada de imparidade.

Os passivos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juro efectiva.

Desreconhecimento

Os activos financeiros (ou uma parte dos mesmos) são desreconhecidos quando o Microbanco realiza os direitos em relação aos benefícios especificados no contracto, os direitos expiram, o activo é substancialmente modificado ou o Microbanco renuncia ou de outra forma perde o controlo dos direitos contractuais que compreendem o activo financeiro. No acto do desreconhecimento, a diferença entre a quantia escriturada do activo financeiro e os rendimentos a receber (incluindo quaisquer novos activos obtidos) são incluídos na demonstração de outro rendimento integral.

Os passivos financeiros (ou uma parte dos mesmos) são desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato for cumprida, cancelada ou tiver expirado. No acto do desreconhecimento, a diferença entre a quantia escriturada do activo financeiro e os rendimentos a receber (incluindo quaisquer novos activos obtidos) são incluídos na demonstração de outro rendimento integral.

Imparidade de activos financeiros

Aumento significativo no risco de crédito

Ao determinar se o risco de incumprimento num instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, o Microbanco considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custos e esforços indevidos. O Microbanco utilizou a presunção refutável de créditos vencidos há mais de 30 dias para identificar um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

1.4 Instrumentos financeiros (continuação)

Risco de Crédito

O Microbanco acompanha o risco de crédito dos mutuários, utilizando informações qualitativas e quantitativas, tais como o número de dias de atraso e de recapitalização. Os dias de atraso representam o número de dias em que a prestação contratual está vencida e o rectificativo é calculado por referência ao histórico de pagamentos mais recente dos empréstimos. A definição de incumprimento utilizada na mensuração das perdas esperadas de crédito é consistente com a definição de incumprimento utilizada para fins de nossa gestão interna de risco de crédito. A política de gestão é utilizar a informação actual para avaliar o estado de incumprimento de um empréstimo em oposição aos dias em atraso devido a altos níveis de administração e atrasos concomitantes associados a deduções na folha de pagamento. A definição interna de incumprimento é utilizada em vez da presunção de 90 dias da IFRS 9.

Definição de Incumprimento

O Microbanco considera o seguinte como constituindo um evento de incumprimento para fins internos de gestão de risco de crédito, considerando que a experiência histórica indica que os activos financeiros que satisfazem a um dos seguintes critérios geralmente não são recuperáveis:

- Quando houver violação dos compromissos financeiros pelo devedor; ou
- Informações desenvolvidas internamente ou obtidas de fontes externas indicam que é improvável que o devedor pague integralmente aos seus credores, incluindo o Microbanco (sem levar em conta quaisquer garantias detidas pelo Microbanco).

Independentemente da análise acima referida, o Microbanco considera que o incumprimento ocorreu quando um activo financeiro está com mais de 90 dias de atraso.

Activos financeiros em imparidade

Em cada data de reporte, o Microbanco avalia se os activos financeiros registados ao custo amortizado estão em imparidade de crédito-. Um activo financeiro encontra-se em imparidade de crédito quando ocorre um ou mais eventos que tenham um impacto negativo no futuro estimado nos fluxos de caixa futuros do activo financeiro.

A evidência de que um activo financeiro está com imparidade de crédito inclui dados observáveis sobre os seguintes eventos:-

- Dificuldades financeiras significativas do emitente ou mutuário;
- Uma violação de contrato, com um incumprimento ou um atraso;
- O(s) mutuante(s) do mutuário, por razões económicas ou contratuais relacionadas com as dificuldades financeiras do mutuário, terem concedido ao mutuário facilidades que de outra forma não concederiam;
- Torna-se provável que o mutuário vá entrar em processo de falência ou outra reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado activo para esse activo financeiro devido a dificuldades financeiras.

Política de abate

O Microbanco abate um activo financeiro quando existe informação indicando que o devedor está em grave dificuldade financeira e não há perspectivas realistas de recuperação, por exemplo, quando o devedor for colocado em liquidação ou tiver entrado em processo de falência ou, no caso de contas a receber, quando os valores tiverem vencido há mais de dois anos, o que ocorrer primeiro. Os activos financeiros abatidos ainda podem estar sujeitos a actividades de execução de acordo com os procedimentos de recuperação do Banco, considerando o aconselhamento jurídico quando apropriado. Quaisquer recuperações feitas são reconhecidas nos lucros ou prejuízos.

Mensuração e reconhecimento de perdas de crédito esperadas

O Microbanco reconhece as provisões para perdas de crédito esperadas sobre os seguintes activos financeiros:

- Empréstimos e adiantamentos;e
- Clientes e outros devedores.

As imparidades são mensuradas como perdas de crédito esperados num prazo de 12 meses após a originação. Quando tiver havido um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial de um activo financeiro, a provisão de perda é mensurada como um montante igual a perdas de crédito previstas para o ciclo de vida.

As Imparidades de clientes e outros devedores são sempre mensurados num montante igual às perdas de crédito esperadas ao longo da vida.

As perdas de crédito esperadas num prazo de 12 meses são a parte de perdas de crédito previstas que resultam de situações de incumprimento de um instrumento financeiro, que são possíveis dentro do período de 12 meses após a data de relato.

As perdas de crédito esperadas são uma estimativa ponderada pela probabilidade das perdas de crédito. As perdas de crédito esperadas são mensuradas como segue:

- Activos financeiros que não apresentam imparidade na data de relato como o valor presente de todos os défices de fluxos de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Microbanco de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Microbanco espera receber);
- Activos financeiros em imparidade de crédito na data de relato como a diferença entre a quantia escriturada bruta e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados.

As provisões para perdas de crédito esperadas são apresentadas na demonstração da posição financeira como uma dedução da quantia escriturada bruta do activo financeiro.

O Microbanco classifica o empréstimo em 3 diferentes estágios com base na recapitalização e nos dias de atraso da seguinte forma:

Alocação de Estágios IFRS 9	Recência	Definição de Recência
12-meses-ECL - O risco de crédito não aumentou significativamente desde que o reconhecimento inicial é baixo.	Desempenho Padrão	Nenhuma prestação em falta (IFRS 9 Estágio 1).
Cálculo da perda esperada (ECL)-ECL- Sem imparidade de Crédito O risco de crédito aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e o risco de crédito não é baixo.	Desempenho Activo (1-2)	Empréstimos que estão com desempenho activo, na folha de pagamento, e que fizeram o pagamento de uma ou de ambas as suas 2 prestações mais recentes previstas. Os empréstimos nesta categoria referem-se principalmente a empréstimos em atrasos por aspectos técnicos que geralmente ainda estão na folha de pagamento e, como consequência, evidenciam uma elevada propensão para o pagamento. (IFRS 9 Estágio 2).
	Desempenho Activo (3-4)	Empréstimos de desempenho parcial que, nos últimos quatro períodos consecutivos analisados, falharam as duas últimas prestações esperadas, mas pagaram uma ou ambas as duas últimas prestações vencidas. Este é um grupo de transição, sendo a maioria desses empréstimos indicativos de separação da folha de pagamento e com probabilidade de passar para grupo de Créditos de cobrança duvidosa ou improdutos (NPLs), mas é necessário mais tempo e análise para confirmar essa avaliação. (IFRS 9 Estágio 2).
Cálculo da perda esperada (ECL) para o tempo de vida - Credito com imparidade. O risco de crédito aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e perda por imparidade de crédito nos empréstimos.	Crédito Improdutivo-	Os empréstimos que foram revistos durante os últimos quatro períodos consecutivos, falharam as quatro prestações previstas. (IFRS 9 Estágio 3).
	Crédito de cobrança duvidosa	Empréstimos inadimplentes onde a probabilidade de recuperação é incerta e a separação da folha de pagamento foi confirmada, bem como os empréstimos com imparidade de crédito, que foram identificados para Write-Off de créditos (abate ao ativo) sujeitas a aprovação do Conselho de Administração. (IFRS 9 Estágio 3). (IFRS 9 Estágio 3).

Consultar a nota 31 sobre gestão e medição do risco de crédito.

- Dificuldades financeiras significativas do emitente ou mutuário;
- Uma violação de contrato, com um incumprimento ou um atraso;
- O(s) mutuante(s) do mutuário, por razões económicas ou contratuais relacionadas com as dificuldades financeiras do mutuário, tenham concedido ao mutuário facilidades que de outra forma não concederiam;
- Torna-se provável que o mutuário vá entrar em processo de falência ou outra reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado activo para esse activo financeiro devido a dificuldades financeiras.

Cliente e outros devedores

Contas a receber são mensuradas no reconhecimento inicial pelo justo valor e são posteriormente mensuradas pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juro efectiva. Provisões adequadas para montantes incobráveis estimados são reconhecidas nos lucros ou prejuízos quando houver evidência objectiva de que o activo está em imparidade. Dificuldades financeiras significativas do devedor, a probabilidade que o devedor entrará em falência ou a reorganização financeira e o incumprimento ou o relaxe nos pagamentos são considerados indicadores de que a conta a receber está em imparidade. A provisão reconhecida é mensurada como a diferença entre a quantia escriturada do activo e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juro efectiva calculada no momento do reconhecimento inicial.

A quantia escriturada do activo é reduzida através do uso de uma conta de provisão, e o montante da perda é reconhecido nos lucros ou prejuízos em gastos operacionais. Quando uma conta a receber for incobrável, ela é abatida face à conta de imparidade para contas a receber. Recuperações subsequentes de montantes anteriormente abatidos são reconhecidas nos lucros ou prejuízos.

Cientes e outras contas a receber são classificadas como activos financeiros ao custo amortizado.

Fornecedores e outros credores

Contas a pagar são inicialmente mensuradas pelo justo valor e são posteriormente mensuradas pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juro efectiva.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro na mão e depósitos à ordem e outros investimentos altamente líquidos de curto prazo que são prontamente convertíveis numa quantia conhecida de dinheiro e estão sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor. Os mesmos são inicialmente e posteriormente registados pelo justo valor.

Descoberto e empréstimos bancários

Descobertos e empréstimos bancários são inicialmente mensurados pelo justo valor e são posteriormente mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juro efectiva.

Compensação

Passivos e activos financeiros são compensados e o valor líquido reportado na demonstração da posição financeira, quando houver um direito legalmente exequível para compensar os montantes reconhecidos e houver uma intenção de liquidar numa base líquida ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

1.5 Impostos

Activos e passivos por impostos correntes

Impostos correntes para períodos correntes e anteriores são, na medida que não estiverem pagos, reconhecidos como um passivo. Se o valor já pago em relação aos períodos correntes e anteriores exceder a quantia devida para esses períodos, o excesso é reconhecido como um activo.

Passivos/(activos) por impostos correntes para o exercício corrente e períodos anteriores são mensurados pelo valor previsto a ser pago às / (recuperado das) autoridades tributárias, usando as taxas fiscais (e leis fiscais) que foram promulgadas ou substancialmente promulgadas no final do período de relato.

Activos e passivos por impostos diferidos

Um passivo por impostos diferidos é reconhecido para todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto na medida em que o passivo por impostos diferidos resultar a partir do reconhecimento inicial de um activo ou passivo numa transacção, a qual no momento da transacção, não afecta o lucro contabilístico nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

Um activo por impostos diferidos é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, na medida em que seja provável que o lucro tributável estará disponível face ao qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada. Um activo por impostos diferidos não é reconhecido quando o mesmo resultar do reconhecimento inicial de um activo ou passivo numa transacção, no momento desta, não afectar o lucro contabilístico nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

Um activo por impostos diferidos é reconhecido para o reporte de prejuízos fiscais não utilizados e créditos (STC) não utilizados, na medida em que seja provável que haja lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais não utilizados e os créditos (STC) não utilizados possam ser utilizados.

Activos e passivos por impostos diferidos são mensurados às taxas fiscais que se espera que sejam aplicáveis ao período quando o activo for realizado ou o passivo for liquidado, com base em taxas fiscais (e leis fiscais) que foram promulgadas ou substancialmente promulgadas no final do período de relato.

Os activos e passivos fiscais diferidos são compensados quando existe um direito legal de compensar activos e passivos fiscais correntes com passivos fiscais correntes e quando estes estão relacionados com impostos sobre o rendimento cobrados pela mesma autoridade fiscal e o Microbanco pretende liquidar os seus activos e passivos fiscais correntes numa base líquida.

Gastos com impostos

Impostos correntes e diferidos são reconhecidos como rendimento ou gasto e incluídos no lucro ou prejuízo do exercício, excepto na medida em que o imposto decorre de uma transacção ou acontecimento que é reconhecido, no mesmo ou num período diferente em outro rendimento integral.

Imposto sobre o valor acrescentado

O imposto sobre o valor acrescentado é reconhecido como parte dos custos de aquisição do activo ou parte dos custos, conforme aplicável.

1.6 Locações

No início de um contrato, o Microbanco avalia se um contrato é, ou contém, um contrato de arrendamento. Um contrato é, ou contém, um contrato de arrendamento se o contrato transmite o direito de controlar a utilização de um bem identificado durante um período de tempo em troca de uma contrapartida. Para avaliar se um contrato confere o direito de controlar a utilização de um bem identificado, o Microbanco avalia se:

- O contrato envolve o uso de um activo identificado - isto pode ser especificado explícita ou implicitamente, e deve ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade de um activo fisicamente distinto. Se o fornecedor tiver um direito de substituição substancial, então o activo não é identificado;
- O Microbanco tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios económicos da utilização do activo durante todo o período de utilização; e
- O Microbanco tem o direito de controlar o uso do activo. O Microbanco tem este direito quando tem os direitos de decisão que são mais relevantes para mudar como e para que finalidade o activo é utilizado. Em casos raros em que a decisão sobre como e para que finalidade o activo é usado é pré-determinada, o Microbanco tem o direito de controlar o uso do activo se qualquer um deles:
 - Tem o direito de operar o activo; ou
 - Concebeu o activo de uma forma que predetermina como e com que finalidade o activo é utilizado.

No início ou na reavaliação de um contrato que contenha uma componente de locação, o Microbanco atribui a contrapartida do contrato a cada componente de locação com base nos seus preços autónomos relativos. No entanto, para as locações de terrenos e edifícios em que é locatário, o Microbanco optou por não separar os componentes que não sejam de locação e contabilizar os componentes de locação e os que não sejam de locação como um único componente de locação.

Como locatário

O Microbanco reconhece um direito de uso do activo e um passivo de locação na data de início da locação. O direito de uso do activo inicialmente mensurado pelo custo, que compreende o montante inicial do passivo do contrato de locação ajustado por quaisquer pagamentos de locação efectuados na data de início ou antes dessa data, mais quaisquer custos directos iniciais incorridos e uma estimativa dos custos para dismantelar e remover o activo subjacente ou para restaurar o activo subjacente ou o local onde este se encontra, menos quaisquer incentivos de locação recebidos.

O activo relativo do direito de uso é subsequentemente depreciado usando o método das quotas constantes desde a data de início até ao primeiro dia do fim da vida útil do activo do direito de uso ou ao fim do prazo da locação. A vida útil estimada dos activos do direito de uso são determinadas na mesma base que as dos bens e equipamentos. Além disso, o direito de uso do activo é periodicamente reduzido por perdas por imparidade, se houver, e ajustado para certas remensurações do passivo de locação.

O passivo de locação é inicialmente mensurado pelo valor actual dos pagamentos da locação que não são no início descontados usando a taxa de juro implícita na locação ou, se essa taxa não puder ser prontamente determinada, a taxa de empréstimo incremental do Microbanco. Em geral, o Microbanco utiliza a sua taxa de empréstimo incremental como a taxa de desconto.

Os pagamentos de locação incluídos na mensuração do passivo de locação compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo, pagamentos fixos em espécie;-
- Pagamentos de locação variáveis que dependem de um índice ou de uma taxa, inicialmente mensurados usando o índice ou a taxa na data de início;
- Montantes que se esperam que sejam pagos ao abrigo de uma garantia de valor residual; e
- O preço de exercício de uma opção de compra que o Microbanco tenha a certeza razoável de exercer, pagamentos de locação num período de renovação opcional se o Microbanco tiver a certeza razoável de exercer uma opção de prorrogação, e penalidades por rescisão antecipada de uma locação, a menos que o Microbanco tenha a certeza razoável de não rescindir antecipadamente.

O passivo de locação é mensurado ao custo amortizado, usando o método da taxa de juro efectiva. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros da locação decorrente de uma alteração num índice ou taxa, se existir uma alteração na estimativa do Microbanco do montante que se espera que seja pagável sob uma garantia de valor residual, ou se o Microbanco altera a sua avaliação sobre se irá exercer uma opção de compra, prorrogação ou rescisão.

Quando o passivo de locação é remensurado desta forma, um ajuste correspondente é feito na quantia escriturada do activo sob direito de uso, ou é registrado no lucro ou prejuízo se a quantia escriturada do activo tiver sido reduzida a zero.

O Microbanco apresenta activos de direito de uso que não se enquadram na responsabilidade de investimento em "activos tangíveis" e passivos de locação financeira na demonstração da posição financeira.

Locações de curto prazo e locações de bens de baixo valor.

O Microbanco optou por não reconhecer o direito de uso de activos e passivos por locação financeira para locações de curto prazo com prazo igual ou inferior a 12 meses e locações de activos de baixo valor, incluindo equipamento informático. O Microbanco reconhece os pagamentos associados a estes contratos de locação como um gasto numa base linear ao longo do prazo de locação.-

1.7 Imparidade de activos e outros activos financeiros

O Microbanco avalia, no final de cada período de relato, se existe alguma indicação de que um activo possa estar em imparidade.

Independentemente de haver qualquer indicação de imparidade, o Microbanco também:

- Testa activos intangíveis com vida útil indefinida ou activos intangíveis ainda não disponíveis para o uso para perda por imparidade ao valor recuperável anualmente, comparando a quantia escriturada com o seu valor recuperável. Este teste de imparidade é realizado numa base anual e para todos os períodos de relato.

Se houver qualquer indicação de que um activo possa estar em imparidade, a quantia recuperável é estimada para o activo particular. Se não for possível estimar a quantia recuperável do activo particular, é determinada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa à qual o activo pertence.

A quantia recuperável de um activo ou de uma unidade geradora de caixa é o maior entre o seu justo valor menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Se a quantia recuperável de um activo for menor do que a quantia escriturada, esta é reduzida à sua quantia recuperável. Essa redução é uma perda por imparidade.

A perda por imparidade de activos registados pelo custo menos qualquer depreciação ou amortização acumulada é reconhecida imediatamente em gastos. Qualquer perda por imparidade de um activo revalorizado é tratada como um decréscimo de revalorização.

A reversão de uma perda por imparidade de activos registados pelo custo menos depreciação ou amortização acumulada é reconhecida imediatamente em ganhos. Qualquer reversão de uma perda por imparidade de um activo revalorizado é tratada como um aumento de revalorização. Qualquer reversão de uma perda por imparidade de um activo revalorizado, é tratada como um aumento de revalorização.

1.8 Capital social e capital próprio

Um instrumento de capital próprio é qualquer contrato que evidencia interesses residuais nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Acções ordinárias são classificadas como capital próprio.

Acções ordinárias são reconhecidas pelo valor nominal e classificadas como 'capital social' no capital próprio. Todos os montantes recebidos da emissão de acções que excedem o valor nominal são classificados como 'prémio de emissão' no capital próprio. Os dividendos são reconhecidos como um passivo no momento em que os mesmos são declarados.

1.9 Benefícios dos empregados

Benefícios de curto prazo-

O custo dos benefícios de curto prazo aos empregados (aqueles pagos no prazo de 12 meses após o serviço ser prestado, tais como a licença remunerada e licença médica, bónus, e benefícios não monetários tais como cuidados médicos) é reconhecido no período em que o serviço é prestado e não é descontado.

O custo previsto de licenças remuneradas é reconhecido como um gasto, uma vez que os colaboradores prestam serviços que aumentam o seu direito, ou, no caso de ausências não acumuladas, quando a ausência ocorre.

O custo previsto de participação nos lucros e de pagamentos de bónus é reconhecido como um gasto quando existir uma obrigação legal ou construtiva de fazer tais pagamentos em consequência do desempenho passado.

Planos de contribuição definida

Pagamentos aos planos de benefícios de reforma de contribuição definida, são registados como custo assim que se vencem.

O Microbanco faz contribuições obrigatórias aos planos de contribuição definida, nomeadamente para o Instituto Nacional de Segurança Social ("INSS").

1.10 Provisões e contingências

As provisões são reconhecidas quando:

- O Microbanco tiver uma obrigação presente como resultado de um evento passado;
- For provável que uma saída de recursos que incorpora benefícios económicos será necessária para liquidar a obrigação; e
- A obrigação pode ser estimada com fiabilidade.

O montante da provisão é o valor presente das despesas que se esperam ser necessárias para liquidar a obrigação.

Na situação em que se espera que algumas ou todas as despesas necessárias para liquidar uma provisão sejam reembolsadas por outra parte, o reembolso será reconhecido quando, e somente quando, estiver praticamente certo que o reembolso será recebido caso a entidade liquide a obrigação. O reembolso deve ser tratado como um activo separado. O montante reconhecido para o reembolso não deverá exceder o montante da provisão.

Provisões não são reconhecidas para perdas operacionais futuras.

Se uma entidade tiver um contrato que é oneroso, a obrigação presente nos termos do contrato será reconhecida e mensurada como uma provisão.

Uma obrigação construtiva de reestruturação surge apenas quando uma entidade:

- Tem um plano formal detalhado para a reestruturação, identificando pelo menos:
 - O negócio ou parte de um negócio em causa;
 - Os principais locais afectados;
 - A localização, função e número aproximado de empregados que serão compensados pela cessação de seus serviços;
 - Os gastos que serão realizados; e
 - Quando será implementado o plano.
- Suscitou uma expectativa válida naqueles afectados de que realizará a reestruturação implementando esse plano ou anunciando as suas principais características aos afectados por eles.

Após o reconhecimento inicial, os passivos contingentes reconhecidos em combinações de negócios que são reconhecidos separadamente são subsequentemente mensurados segundo o:

- Valor que seria reconhecido como provisão; e
- Valor inicialmente reconhecido menos a amortização acumulada.

Activos e passivos contingentes não são reconhecidos. Contingências são divulgadas na Nota 29.

1.11 Rédito

Política geral

O rédito é reconhecido no momento da transferência do controlo de produtos ou serviços prometidos aos clientes num valor que reflecta a contraprestação que o Microbanco espera receber em troca desses produtos ou serviços. O rédito é reconhecido líquido de provisões para devoluções e impostos cobrados aos clientes.

O rédito inclui taxas de prestação de serviços a clientes, cobrança de dívidas e encargos financeiros sobre empréstimos.

Rendimentos de juros

Os juros são reconhecidos em resultados usando o método da taxa de juro efectiva.

É calculado aplicando-se a taxa de juro efectiva a quantia escriturada bruta de um activo financeiro, excepto para:

- Activos financeiros em imparidade adquiridos ou originados. Para esses activos financeiros, o Microbanco aplica a taxa de juro efectiva ajustada pelo crédito ao custo amortizado do activo financeiro desde o reconhecimento inicial;
- Activos financeiros que não foram adquiridos ou originados de activos financeiros em imparidade, mas que posteriormente se tornaram activos financeiros em imparidade. Para esses activos financeiros, o Microbanco aplica a taxa de juro efectiva ao custo amortizado do activo financeiro em períodos de relato subsequentes.

A taxa de juros efectiva é a taxa que exactamente desconta futuros pagamentos ou recebimentos em dinheiro estimados durante a vida prevista do activo ou passivo financeiro para o valor contabilístico bruto de um activo financeiro ou ao custo amortizado de um passivo financeiro. Ao calcular a taxa de juro efectiva, o Microbanco estima os fluxos de caixa previstos, considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera as perdas de crédito esperadas. O cálculo inclui todos os pontos e comissões pagos ou recebidos entre as partes no contrato que são parte integrante da taxa de juros efectiva, os custos de transacção e de todos os outros prémios ou descontos.

A taxa de juro efectiva é a taxa que exactamente desconta futuros pagamentos ou recebimentos em dinheiro estimados durante a vida prevista do activo ou passivo financeiro para a quantia escriturada bruta de um activo financeiro ou ao custo amortizado de um passivo financeiro que é um activo financeiro comprado ou originado com imparidade de crédito. Ao calcular a taxa de juro efectiva, o Microbanco estima os fluxos de caixa esperados, considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera as perdas de crédito esperadas.

Rendimentos de serviços e comissões

O Microbanco obtém rendimentos de serviços e comissões através dos serviços que presta aos seus clientes. As comissões podem ser classificadas em duas categorias como se segue:

Comissões que são, cobradas por prestação de serviços durante um determinado período de tempo

São obtidos à medida que os serviços vão sendo prestados e o seu reconhecimento em resultados é efectuado em função do período em que os serviços são prestados.

Receitas de taxas da prestação de serviços operacionais

As taxas são reconhecidas como réditos quando um acto significativo tiver sido realizado.

1.12 Custos diferidos

Custos diferidos são custos originados por empréstimos. Estes são reconhecidos ao longo do prazo do empréstimo usando o método da taxa de juro efectiva.

1.13 Custos de empréstimos obtidos

Custos de empréstimo que são directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo qualificável são capitalizados como parte do custo desse activo até que o activo esteja pronto para o uso pretendido. O montante dos custos de empréstimos elegíveis para capitalização é determinado da seguinte forma:

- Custos de empréstimos reais em fundos especificamente considerados como empréstimo com o objectivo de obter um activo qualificável, menos qualquer investimento temporário desses empréstimos;
- Média ponderada dos custos de empréstimos aplicáveis à entidade sobre os recursos geralmente emprestados com a finalidade de obter um activo qualificado. Os custos de empréstimos capitalizados não excedem o total dos custos incorridos.

A capitalização dos custos de empréstimos inicia quando:

- As despesas do activo foram incorridas;
- Os custos de empréstimos foram incorridos, e
- Quando as actividades que são necessárias para preparar o activo para seu uso pretendido ou venda estão em curso.

A capitalização é suspensa durante períodos prolongados em que o desenvolvimento activo é interrompido.

A capitalização cessa quando, substancialmente, todas as actividades necessárias para preparar o activo qualificável para seu uso ou venda pretendido são concluídas.

Outros custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período em que forem incorridos usando o método dos juros efectivos.

1.14 Conversão de moeda estrangeira

Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são registadas, no reconhecimento inicial, em Meticais, pela aplicação à quantia de moeda estrangeira da taxa de câmbio à vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira à data da transacção.

No final de cada período de relato:

- Itens monetários em moeda estrangeira são convertidos usando a taxa de câmbio de fecho;
- Itens não monetários que são mensurados em termos de custo histórico em moeda estrangeira, são convertidos usando a taxa de câmbio à data da transacção; e
- Itens não monetários que são mensurados pelo justo valor em moeda estrangeira são convertidos usando as taxas de câmbio à data quando o justo foi determinado.

As diferenças cambiais resultantes da liquidação de itens monetários ou da conversão de itens monetários a taxas diferentes daquelas a que foram convertidos no reconhecimento inicial, durante o período ou nas demonstrações financeiras anteriores são reconhecidas em resultados e no período em que as mesmas surgem.

Quando um ganho ou perda num item não monetário for reconhecido em outro rendimento integral e acumulado no capital próprio, qualquer componente cambial desse ganho ou perda é reconhecido em noutro rendimento integral e acumulado no capital próprio. Quando um ganho ou perda num item não monetário for reconhecido em resultados, qualquer componente cambial desse ganho ou perda é, igualmente, reconhecido nos lucros ou prejuízos.

Fluxos de caixa decorrentes de transacções em moeda estrangeira são registados em Meticals pela aplicação à quantia em moeda estrangeira da taxa de câmbio entre o Metical e a moeda estrangeira à data do fluxo de caixa.

Partes relacionadas

Partes relacionados são indivíduos e empresas que têm a capacidade de directa ou indirectamente, controlar ou exercer influência significativa sobre a outra parte na tomada de decisões financeiras e operacionais. Transacções e saldos com partes relacionadas encontram-se divulgadas nas notas às demonstrações financeiras

Notas às Demonstrações Financeiras

2. Novas Normas e Interpretações

No presente exercício, o Microbanco aplicou todas as Normas novas e revistas e interpretações conforme emitidas pelo IASB e pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC) do IASB que são relevantes para as suas operações e efectivas para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2022.

Normas e interpretações novas e revistas antecipadamente adoptadas no presente exercício

As seguintes Normas e Interpretações relevantes foram aplicadas nestas demonstrações financeiras. No entanto, não tiveram qualquer impacto nas demonstrações financeiras do Microbanco, mas podem ter impacto nas contas de transacções ou acordos futuros.

- IFRS 1 Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro - Emendas resultantes dos melhoramentos anuais às Normas IFRS 2018-2020 (subsidiária como adoptante pela primeira vez)
- IFRS 9 Instrumentos Financeiros - Emendas resultantes do melhoramento anual das normas IFRS 2018-2020 (taxas no teste "10 por cento" para o desreconhecimento de passivos financeiros)
- IFRS 9 Instrumentos Financeiros - Emendas resultantes do melhoramento anual das normas IFRS (taxas no teste "10 por cento" para o desreconhecimento de passivos financeiros)
- IAS 16 Activos Fixos Tangíveis - Emendas que proíbem uma empresa de deduzir do custo dos activos fixos tangíveis aos montantes recebidos da venda de itens produzidos enquanto a empresa prepara o activo para o seu uso pretendido
- IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Activos Contingentes - Emendas relativas aos custos a incluir ao avaliar se um contrato é oneroso.

Notas às Demonstrações Financeiras (continuação)

2.2 Normas e Interpretações emitidas, mas ainda não efectivas

À data de autorização destas demonstrações financeiras, as seguintes Normas e Interpretações relevantes foram emitidas, mas em vigor no período anual em ou após as respectivas datas conforme indicado:

- IFRS 4 Contratos de seguro - Alterações relativas à data de expiração da abordagem diferida (em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2023);
- IFRS 17 Contratos de Seguro - edição original (em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2023);
- IFRS 17 Contratos de Seguro - Emendas para responder às preocupações e desafios de implementação que foram identificados após a publicação da IFRS 17 (em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2023);
- IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras - Emenda para adiar a data efectiva das emendas de Janeiro de 2020 (em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2023);
- IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras: Alterações relativas à classificação do passivo (em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2023);
- IAS 8 Políticas contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros - Emendas relativas à definição de estimativas contabilísticas (em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2023);
- IAS 12 - Imposto sobre o Rendimento - Emendas relativas ao imposto diferido sobre arrendamentos e obrigações de desmantelamento (em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2023);
- IFRS 16 Locações - Emendas relativas à Responsabilidade Civil numa Venda e Leaseback (em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2024);
- IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras - Emendas relativas à Classificação de Passivos como Correntes ou Não Correntes (em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2024);
- IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras - Emenda - Passivos não correntes com Convénios (em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2024).

Os Administradores antecipam que estas alterações serão aplicadas nas demonstrações financeiras anuais da Sociedade para os períodos anuais com início nas respectivas datas, como indicado acima. Os administradores ainda não avaliaram o impacto potencial da aplicação destas emendas.

3. Juros e rendimentos similares

	2022	2021
Juros de empréstimos e adiantamentos a clientes	4,747,312,492	4,247,060,987
Juros de empréstimos aos trabalhadores	492,224	532,826
Juros bancários e de títulos de investimento	194,437,660	122,995,306
Total de juros e rendimentos similares	4,942,242,376	4,370,589,119

4. Juros e gastos similares

	2022	2021
Juros das obrigações	489,203,054	446,051,400
Juros de empréstimos e descobertos bancários	752,761,419	648,067,359
Juros de empréstimos dos accionistas	217,501,891	221,791,749
Juros de contratos de locação financeira	18,653,103	22,665,058
Juros de depósitos de clientes	750,727,313	448,549,701
Total de juros e gastos similares	2,228,846,780	1,787,125,268

5. Serviços e comissões líquidas

	2022	2021
Rendimentos de serviços e comissões		
Comissões de intermediação nos seguros de vida	100,968,948	86,764,762
Gastos com serviços e comissões		
Gastos com serviços e comissões	(97,564,526)	(88,909,008)
Serviços e comissões líquidas	3,404,422	(2,144,246)

6. Rendimentos operacionais líquidos

	2022	2021
Diferenças de câmbio favoráveis ou desfavoráveis		
Diferenças de câmbio favoráveis ou desfavoráveis	(6,611,646)	134,971,929

7. Gastos com o pessoal

	2022	2021
Os gastos com o pessoal são como segue:		
Remunerações aos trabalhadores	513,691,077	504,997,523
Contribuição para o INSS	8,896,998	8,587,751
Total dos gastos com o pessoal	522,588,075	513,585,274

8. Outros gastos operacionais

	2022	2021
Imposto de selo -	3,013,792	3,370,126
Honorários Profissionais	366,880,308	331,389,350
Deslocações estadias	46,916,999	40,618,723
Comunicações	5,100,917	5,676,978
Aluguer de exploração*	199,389	738,714
Publicidade	6,382,909	6,254,308
Combustível	3,598,399	2,804,278
Despesas de Representação	163,955	31,530
Seguros	5,190,945	5,383,034
Multas e penalidades	3,415,619	14,875,570
Segurança de instalações	5,928,156	6,594,527
Impressão e material de escritório	9,354,284	11,181,548
Manutenção e reparação	3,343,998	4,125,035
Outros	179,754,498	168,130,560
Total de outros gastos operacionais	639,244,168	601,174,281

* Os custos de leasing operacional consistem em arrendamentos de activos de baixo valor e arrendamentos com uma duração igual ou inferior a 12 meses que não são contabilizados ao abrigo da IFRS 16 divulgações. Estes incluem espaço de aluguer para geradores e taxas de condomínio

9. Impostos sobre o rendimento

9.1 Imposto sobre rendimento reconhecido em resultados

	2022	2021
Imposto corrente		
Em relação ao exercício corrente	248,558,422	314,155,449
Em relação ao exercício anterior	201,686	-
Imposto sobre o rendimento retido na fonte	40,653,607	23,887,046
Total do imposto corrente	289,413,715	338,042,495
Imposto diferido		
Em relação ao exercício corrente	14,118,347	76,502,222
Total do imposto diferido	14,118,347	76,502,222
Total de gastos com imposto sobre o rendimento reconhecido no exercício corrente	303,532,062	414,544,717

Reconciliação de gastos com impostos

	2022		2021	
	Taxa de imposto	Valor	Taxa de imposto	Valor
Lucro antes de impostos		959,738,986		1,280,592,015
Imposto sobre o rendimento usando a taxa de imposto	32,00%	307,116,476	32,00%	409,789,445
Correcções fiscais				
Encargos não dedutíveis	3,91%	37,492,128	4,47%	57,230,760
Encargos dedutíveis	-10,01%	(96,050,182)	-11,94%	(152,864,756)
Tributação		248,558,422		314,155,449
Utilização de prejuízos fiscais de exercícios anteriores		201,686		-
Imposto sobre o rendimento retido na fonte		40,653,607		23,887,046
Total do imposto corrente		289,413,715		338,042,495
Taxa de imposto efectiva		30.16%		26.40%

9.2 Activos e passivos por impostos correntes

	2022	2021
Activos por impostos correntes	2,819,338	201,686
Impostos a pagar	-	(201,634,422)
	2,819,338	(201,432,736)
Em 1 de Janeiro	(201,432,736)	(140,126,283)
Imposto pago	453,012,182	276,736,042
Imposto corrente para o ano reconhecido na demonstração de Rendimento integral	(248,558,422)	(338,042,495)
Anulação processada na declaração de rendimentos	(201,686)	-
Em 31 de Dezembro	2,819,338	(201,432,736)

9.3 Activos por impostos diferidos

Segue-se a análise dos activos por impostos diferidos apresentados na demonstração da posição financeira.

	2022	2021
Activos por impostos diferidos		
Taxas de depreciação aceleradas	-	9,525,327
IFRS 16 – Direito de Uso	5,621,440	-
Total de Activos por impostos diferidos	5,621,440	9,525,327
Passivos por impostos diferidos		
Taxas de depreciação aceleradas	(11,597,858)	-
Diferenças cambiais não realizadas	(1,283,583)	(2,666,980)
Total de Passivos por impostos diferidos	(12,881,441)	(2,666,980)
Activos e passivos por impostos diferidos	(7,260,001)	6,858,347
Reconciliação de activos por impostos diferidos		
Em 1 de Janeiro	6,858,347	83,360,569
Subsídios de capital acelerados	(21,123,185)	(1,294,901)
Diferenças cambiais desfavoráveis não realizadas	1,383,397	(75,207,321)
IFRS 16 – Direito de Uso	5,621,440	-
Prejuízos fiscais disponíveis para dedução de rendimentos tributáveis futuros	-	-
Em 31 de Dezembro	(7,260,001)	6,858,347

Os activos por impostos diferidos relacionados com as perdas fiscais não realizadas foram totalmente utilizados para compensar os rendimentos imputáveis durante o ano:

	2022	2021
Reconciliação dos prejuízos fiscais		
Em 1 de Janeiro	-	-
Prejuízos fiscais utilizados	-	-
Em 31 de Dezembro	-	-

10. Caixa e disponibilidades no Banco Central

	2022	2021
Activos correntes		
A rubrica de caixa e disponibilidades no Banco Central é a que se segue:		
Moeda nacional	558,778,926	491,106,145
	558,778,926	491,106,145

Os saldos detidos no Banco de Moçambique estão em conformidade com os requisitos regulamentares de manter reservas obrigatórias suficientes. A reserva obrigatória mínima exigida era de MZN 517.955.285 em 31 de Dezembro de 2022 (31 de Dezembro de 2021: MZN 342,712,470). O regime em vigor em 31 de Dezembro de 2021, conforme especificado na Circular 06/EMO/2021 do Aviso 08/GBM/2019 do Banco de Moçambique, estabelece que as instituições financeiras têm a obrigação de depositar um saldo médio de 10,5% dos seus depósitos de clientes em Moeda local e 36% dos depósitos em moeda estrangeira no final de cada período de apuramento (2021: 10,5% e 11,50% respectivamente). Estes depósitos obrigatórios não são remunerados. Não se ganham juros sobre estes saldos de reserva mínima com o Banco Central de Moçambique. As reservas de caixa são restritas e não para utilização quotidiana pelo Microbanco e devem ser revistas mensalmente.

11. Depósitos em outras instituições financeiras

	2022	2021
Activos correntes		
Depósitos em outras instituições de crédito compreendem:		
Saldos de caixa		
Dinheiro móvel disponível	6,140,677	6,643,412
Saldos em depósitos bancários		
Moeda nacional	702,555,277	292,868,773
Moeda estrangeira	138,701	32,137
Total de saldos em depósitos bancários	702,693,978	292,900,910
Total de depósitos em outras instituições financeiras	708,834,655	299,443,630

12. Empréstimos a adiantamentos a cliente

	2022	2021
Montante bruto dos empréstimos	17,037,038,085	14,431,395,611
Imparidade acumulada	(897,429,388)	(414,847,077)
Empréstimos a adiantamentos a clientes	16,139,608,697	14,016,548,534
Imparidade acumulada		
Em 1 de Janeiro	414,847,077	260,719,112
Imparidade líquida reconhecida em resultados	488,416,192	162,685,048
Utilização das imparidades	(5,833,881)	(8,557,083)
Em 31 de Dezembro	897,429,388	414,847,077
Activos não correntes-	13,944,327,048	9,434,419,153
Activos correntes	2,195,281,649	1,467,538,052
Empréstimos a adiantamentos a clientes	16,139,608,697	14,016,548,534

As divulgações sobre o risco de crédito encontram-se na nota 31.1

À data do presente relatório não existiam empréstimos e contas a receber dos membros do Conselho Administração.

Empréstimos e contas a receber - Administradores executivos	1,253,529	1,436,067
Empréstimos e contas a receber - Administradores executivos	1,253,529	1,436,067

13. Outros Activos

	2022	2021
Despesas pré-pagas	13,320,592	13,918,149
Outros devedores	33,008,710	36,445,037
Imparidade acumulada	-	(18,333)
Total de outros activos	46,329,302	50,344,853
Imparidade acumulada		
Em 1 de Janeiro	18,333	49,055
Imparidade líquida reconhecida em resultados	-	12,554
Inversão da provisão de imparidades	(18,333)	(43,276)
Em 31 de Dezembro	-	18,333
Os outros devedores decompõem-se como segue:		
Adiantamentos aos trabalhadores	44,695	4,394,547
Depósitos de caução	2,054,086	3,293,283
Devedores diversos	30,909,929	28,757,207
Total de outros devedores	33,008,710	36,445,037
Devedores diversos incluem:		
Comissões de intermediação nos seguros de vida	14,840,074	14,065,553
Outros	16,069,855	14,691,654
Total de outros devedores	30,909,929	28,757,207

14. Outros activos financeiros

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, foi efectuado o seguinte investimento financeiro pelo Microbanco:

		2022	2021
Tipo de investimento			
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral;	14.1	6,960,302	6,960,302
Activos financeiros ao custo amortizado;	14.2	1,608,642,464	1,432,994,176
		1,615,602,766	1,439,954,479
Saldo inicial		1,439,954,479	1,271,286,876
Adições		5,747,947,341	4,590,637,635
Vencido		(5,572,299,054)	(4,421,970,032)
Em 31 de Dezembro		1,615,602,766	1,439,954,479

14.1 Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Empresa	Tipo	Participação (%)	Número de acções	Valor (MZN)
Sociedade Interbancária de Moçambique	Participação	0,50	63,275	6,327,548
Taxas de registo		-	-	632,754
		0,50	63,275	6,960,302

Em Setembro 2018, o Microbanco adquiriu 0.5% das acções na SIMO (Sociedade Interbancária de Moçambique).

O investimento não é detido para negociação. Assim, os administradores do Microbanco optaram por designar esse investimento em instrumentos capital próprio pelo valor justo através de outro rendimento integral.

O investimento representa 0,5% na Sociedade Interbancária de Moçambique (SIMO) no que respeita ao licenciamento da SIMO que presta serviços de pagamento a bancos e a outras instituições de crédito. O investimento é contabilizado pelo seu custo, uma vez que o seu justo valor não pode ser medido de forma fiável.

14.2 Activos financeiros ao custo amortizado

	2022	2021
Bilhetes de Tesouro	1,614,616,545	1,432,994,176
Imparidade nos Bilhetes do Tesouro	(5 974 081)	-
	1,608,642,464	1,432,994,176

Os bilhetes do tesouro no valor de MZN 1.61 mil milhões de MZN (2021: MZN 1.43 bilhões de meticaís) têm maturidades que vão de 1 de Fevereiro de 2023 a 8 de Março de 2023 e fazem parte da carteira de activos líquidos do Microbanco em termos da regulamentação do Banco de Moçambique sobre o rácio de liquidez (Aviso 14/GBM/2017). Os juros obtidos durante o ano variaram entre 17,55% e 17,65%, (2021: 7.50% a 14.94%) por ano. A estratégia do Microbanco é investir em títulos que tenham, a partir da data do investimento, maturidades não superiores a doze meses.

15. Activos tangíveis

Custo	Móveis e utensílios	Viaturas	Mobiliário de escritório	Equipamento informático	Obras em edifícios arrendados	Activos em curso	Total
Saldo em 01 de Janeiro de 2021	30,033,671	42,293,159	36,353,309	54,856,015	64,411,065	2,136,270	230,083,489
Adições	700,188	18,719,829	1,966,389	24,791,396	3,268,233	-	49,446,035
Alienações	(1,089,436)	(7,340,000)	(646,210)	(138,959)	(6,122,479)	-	(15,337,084)
Transferências	-	-	-	34,154	-	(34,154)	-
Saldo em 01 de Janeiro de 2022	29,644,423	53,672,988	37,673,488	79,542,607	61,556,819	2,102,116	264,192,440
Adições	594,069	324,919	4,727,501	7,560,947	4,688,811	-	17,896,247
Alienações	(47,809)	(4,199,083)	(93,244)	(2,677,222)	-	-	(7,017,358)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	30,190,683	49,798,824	42,307,745	84,426,331	66,245,630	2,102,116	275,071,329
Depreciação acumulada							
Saldo em 01 de Janeiro de 2021	20,791,802	22,260,965	26,424,815	45,666,059	37,577,839	-	152,721,480
Amortização do exercício	3,578,456	9,535,934	5,810,771	11,987,155	10,019,484	-	40,931,799
Alienações	(740,571)	(6,777,500)	(525,347)	(138,048)	(5,167,574)	-	(13,349,040)
Saldo em 01 de Janeiro de 2022	23,629,687	25,019,399	31,710,239	57,515,166	42,429,749	-	180,304,240
Amortização do exercício	3,420,812	8,679,962	4,692,936	11,741,567	8,807,613	-	37,342,890
Alienações	(47,809)	(4,133,473)	(93,244)	(2,554,522)	-	-	(6,829,048)
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	27,002,690	29,565,888	36,309,931	66,702,211	51,237,362	-	210,818,082
Quantia escriturada líquida							
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	3,187,993	20,232,936	5,997,814	17,724,120	15,008,268	2,102,116	64,253,247
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	6,014,736	28,653,589	5,963,250	22,027,441	19,127,070	2,102,116	83,888,201

16. Activos sob direito de uso

O Microbanco arrenda edifícios para as suas operações. A informação sobre as locações para os quais o Microbanco é locatário, é apresentada abaixo:

Custo	Locação de Espaço	Total
Saldo em 01 de Janeiro de 2021	276,318,643	276,318,643
Adições	66,718,838	66,718,838
Alterações	(125,858,972)	(125,858,972)
Saldo em 01 de Janeiro de 2022	217,178,509	217,178,509
Adições	32,920,216	32,920,216
Alterações	(14,314,361)	(14,314,361)
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	235,784,364	235,784,364
Depreciação acumulada		
Saldo em 01 de Janeiro de 2021	84,535,460	84,535,460
Amortização do exercício	29,466,413	29,466,413
Cessaçao do Contrato de Locação	-	-
Saldo em 01 de Janeiro de 2022	114,001,874	114,001,874
Amortização do exercício	28 122 155	28 122 155
Cessaçao do Contrato de Locação	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	142,124,028	142,124,028
Quantia escriturada líquida		
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	93,660,336	93,660,336
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	103,176,635	103,176,635

16.1 Montante reconhecido nos lucros ou prejuízos

	2022	2021
Juros de contratos de locação financeira	18,653,103	22,665,058
Amortização de um activo locado	28,122,155	29,466,413
Despesas relacionadas com locações de curto prazo	(9,141,101)	(432,280)
	37,634,156	51,699,191

16.2 Montante reconhecido na demonstração dos fluxos de caixa

	2022	2021
Total das saídas de caixa para locações	41,121,332	34,058,993

17. Activos intangíveis

Custo	Software informático	Activo em desenvolvim ento	Total
Saldo em 01 de Janeiro de 2021	32,383,505	545,928,536	578,312,041
Adições	1,817,597	-	1,817,597
Transferências	521,931,755	(521,931,755)	-
Saldo em 01 de Janeiro de 2022	556,132,857	23,996,781	580,129,638
Adições	327,600	-	327,600
Transferências	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	556,460,457	23,996,781	580,457,238
Depreciação acumulada			
Saldo em 01 de Janeiro de 2021	16,029,137	-	16,029,137
Amortização do exercício	129,374,282	-	129,374,282
Saldo em 01 de Janeiro de 2022	145,403,419	-	145,403,419
Amortização do exercício	67,680,786	-	67,680,786
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	213,084,205	-	213,084,205
Quantia escriturada líquida			
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	343,376,252	23,996,781	367,373,033
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	410,729,439	23,996,781	434,726,220

18. Depósitos de clientes

Os recursos de clientes são principalmente compostos por depósitos a prazo.

	2022	2021
Empresas		
Depósitos a prazo	2,776,425,676	1,655,647,057
Contas correntes	53,466,722	12,817,139
Particulares		
Depósitos a prazo	2,170,434,923	1,872,506,171
Contas correntes	40,510,113	40,625,311
Total de recursos de clientes	5,040,837,434	3,581,595,678
Análise de maturação		
Passivos correntes		
Passivos correntes	4,239,930,029	3,468,377,604
Contas correntes	93,976,835	53,442,450
Total current liabilities	4,333,906,864	3,521,820,054
Passivos não correntes		
Passivos correntes	706,930,570	59,775,624
Contas correntes	-	-
Total de passivos não correntes	706,930,570	59,775,624
Total de recursos de clientes	5,040,837,434	3,581,595,678

19. Recursos de instituições de crédito

Passivos correntes

	2022	2021
Descobertos Bancários	-	60,525,669

O saldo de descobertos bancários refere-se a facilidades concedidas por outras instituições financeiras, por um período de um ano.

20. Outros Passivos

Passivos correntes

	2022	2021
Contas a pagar	326,932,014	285,432,039
Imposto retido na fonte a pagar	171,231,436	131,850,439
Credores diversos e acréscimos de gastos	106,485,605	103,783,679
Total de outros passivos	604,649,055	521,066,157

21. Locação financeira

	2022	2021
Análise de maturação		
Até 1 ano	56,678,207	57,920,295
Mais de 1 ano e não mais de 5 anos	85,750,015	146,599,706
Mais de 5 anos	11,998,235	-
	154,426,457	204,520,001
menos: encargos financeiros futuros	(43,199,121)	(77,047,638)
Total de passivo de locação descontados em 31 de Dezembro	111,227,336	127,472,363
Valor presente dos pagamentos mínimos das locações vencidas		
No prazo de um ano	36,368,717	36,461,033
Do segundo ao quinto ano, inclusivé	74,858,619	91,011,330
Valor presente dos pagamentos mínimos das locações	111,227,336	127,472,363
Passivos não correntes	74,858,619	91,011,330
Passivos correntes	36,368,717	36,461,033
	111,227,336	127,472,363

22. Empréstimos

	2022	2021
Detidos ao custo amortizado		
Obrigações	3,059,584,870	2,617,735,537
Crédito de rendas	4,991,664,268	4,037,105,252
Custos de transacção	(84,895,235)	(71,890,990)
	7,966,353,903	6,582,949,799

(i) Obrigações Corporativas com maturidade que varia de Abril de 2024 a Outubro de 2028.

(ii) Empréstimos a Prazo com maturidade que varia de Outubro de 2023 a Novembro de 2027.

	2022	2021
Passivos não correntes-		
Ao custo amortizado	6,064,195,650	4,378,713,530
Passivos correntes		
Ao custo amortizado	1,902,158,253	2,204,236,269
Total de empréstimos	7,966,353,903	6,582,949,799

23. Empréstimos dos accionistas

	2022	2021
Empréstimos dos accionistas	1,448,220,199	1,695,333,386
Honorários Profissionais	152,428,524	311,073,395
	1,600,648,723	2,006,406,781
Análise de maturação		
Passivos não correntes	1,448,220,199	1,695,333,386
Passivos correntes	152,428,524	311,073,395
	1,600,648,723	2,006,406,781

(i) Os empréstimos da Bayport Management Ltd., encontram-se denominados em MZN (2021: USD e Meticais). O empréstimo em USD cobria um uma facilidade por um prazo de 10 anos de USD 22,500,000 concedido em Janeiro de 2015 com juros a uma taxa fixa de 4% ao ano, que foi posteriormente convertido em capital próprio e os saldos remanescentes de USD 19,5 milhões (incluindo honorários profissionais de USD 8,6 milhões) foram convertidos em MZN com a aprovação dos accionistas. Em Janeiro de 2017, foi concedida uma facilidade adicional no montante de USD 45,000,000 a uma taxa fixa de 4% ao ano. O empréstimo denominado em USD foi pago na totalidade em 2022.

(ii) Os Honorários de gestão são cobradas a uma taxa de 1.5% sobre os empréstimos brutos concedidos aos clientes da Bayport, desde 16 de Novembro de 2016.

24. Capital Social

	Capital Social	Depósito para acções	Total
Saldo em 01 de Janeiro de 2021	2,483,520,645	157,250,976	2,640,771,621
Outras Componentes de Capital Próprio	-	369,748,957	369,748,957
Emissão de acções	292,479,000	(292,479,000)	-
Saldo em 01 de Janeiro de 2021	2,775,999,645	234,520,933	3,010,520,578
Reembolso do Depósito para acções	-	(234,520,933)	(234,520,933)
Emissão de acções	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	2,775,999,645	-	2,775,999,645

Financiamento de depósito para acções fornecido ao Microbanco durante o exercício de reestruturação accionista no montante de MZN 234.520.933 retornados após revisão pelo Banco de Moçambique.

	Nº de Acções	Total
Saldo em 01 de Janeiro de 2022	2,395,968	2,395,968
Emissão de acções	87,553	87,553
Saldo em 01 de Janeiro de 2021	2,483,521	2,483,521
Emissão de acções	292,479	292,479
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	2,776,000	2,776,000

Durante o exercício, não foram emitidas acções ordinárias (2021: 292 479).

25. Reserva legal

Em conformidade com a legislação moçambicana, o Microbanco deve afectar anualmente a uma reserva legal, nas seguintes proporções: a) 30%, quando as reservas formadas forem inferiores ao capital realizado; b) 15%, quando as reservas formadas forem iguais ou superiores ao capital realizado.

Como resultado, em 2022, foi transferida uma reserva legal no montante de MZN 259.814.190 com base nos lucros realizados em 2021.

	2022	2021
Em 1 de Janeiro	246,257,848	128,472,369
Dotação do exercício	259,814,190	117,785,479
Em 31 de Dezembro	506,072,038	246,257,848

26. Caixa utilizado em operações

	2022	2021
Lucro antes de impostos	959,738,986	1,280,592,015
Ajustamentos:		
Depreciações e amortização	132,625,851	199,985,227
Lucro na alienação de activos não correntes detidos para venda	(57,217)	818,604
Custos financeiros	2,228,846,780	1,787,125,268
Ganhos/(perdas) não realizados nas variações cambiais	3,830,450	(140,912,191)
Gastos com imparidade de crédito	548,704,325	168,334,981
Variações no capital circulante:		
(Aumento)/Diminuição de outros activos	(15,401,983)	43,485,869
Aumento do montante bruto de empréstimos e adiantamentos a clientes	(2,671,746,154)	(3,268,755,945)
(Diminuição)/aumento de outros passivos	(72,665,698)	202,090,968
Aumento em depósitos de clientes	1,459,241,756	813,884,790
Caixa utilizado em operações	2,573,117,095	1,086,649,585

27. Variações nos passivos decorrentes de actividades de financiamento

Reconciliação de passivos decorrentes de actividades de financiamento – 2022

	Saldo inicial	Variações cambiais	Outros movimentos não monetários	Fluxos de caixa	Saldo final
Locação financeira	127,472,363	-	24,876,305	(41,121,332)	111,227,336
Empréstimos	6,582,949,799	-	1,102,910,137	280,493,966	7,966,353,903
Empréstimos dos accionistas	1,695,333,384	(34,536)	571,374,394	(818,453,048)	1,448,220,199
Total de passivos decorrentes de actividades de financiamento	8,405,755,546	(34,536)	1,699,160,839	(579,080,414)	9,525,801,438

Reconciliação de passivos decorrentes de actividades de financiamento – 2021

	Saldo inicial	Variações cambiais	Outros movimentos não monetários	Fluxos de caixa	Saldo final
Locação financeira	225,726,248	-	22,665,058	(120,918,942)	127,472,363
Empréstimos	4,717,270,300	-	971,183,773	894,495,726	6,582,949,799
Empréstimos dos accionistas	2,423,760,000	(67,982,005)	204,246,013	(864,691,525)	1,695,333,384
Total de passivos decorrentes de actividades de financiamento	7,366,757,448	(67,982,005)	1,198,094,844	(91,114,740)	8,405,755,546

28. Caixa e equivalentes de caixa

Segue-se um resumo do total de caixa e equivalentes de caixa:

		2022	2021
Caixa e disponibilidades no Banco Central	10	558,778,926	491,106,145
Depósitos em outras instituições financeiras	11	708,834,655	299,443,630
Recursos de instituições de crédito	19	-	(60,525,669)
Total de caixa e equivalentes de caixa		1,267,613,581	730,024,106

29. Compromissos e contingencias

Os seguintes compromissos e contingências estavam presentes na data do relatório:

Empréstimos

Os contratos de empréstimo a prazo de mutuantes externos incluem garantias contra a nossa carteira de empréstimos ao montante de MZN 5.989.997.121 em caso de incumprimentos de pagamento não remediados. A gestão não espera que os incumprimentos de pagamento não remediados aconteçam num futuro previsível.

Locações

O Microbanco celebrou vários contratos de locação para as suas 11 agências, bem como para as suas operações na sede. Estes foram contabilizados de acordo com os requisitos da IFRS 16, tal como divulgados na Nota 21.

Litígios

Existem cinco processos judiciais abertos distintos instaurados por clientes em 2021 e 2022 contra o Microbank por várias razões. O Microbanco nega vigorosamente que tenha culpa e está a defender-se. O aconselhamento jurídico recebido apoia a convicção dos Membros do Conselho de Administração de que as reclamações são infundadas. Prevê-se que os casos sejam encerrados até ao final de 2023. No caso do Microbanco ser considerado responsável, os Membros do Conselho de Administração foram informados de que é altamente improvável que a compensação a pagar exceda os MZN 465.000. Os Membros do Conselho de Administração notam que no caso de um julgamento desfavorável, o Microbanco não seria capaz de recuperar a perda de outra parte.

30. Partes relacionadas

	2022	2021
Empresa-mãe	Bayport Management Ltd	Bayport Management Ltd
Empresa sob controlo conjunto	Actvest (Proprietary) Limited	Actvest (Proprietary) Limited
Accionista	Whatana Investments, S.A	Whatana Investments, S.A
Conselho de Administração	Edgar Baloi	Hon. Prof José Mateus Muaria Katupha Suzette Jose Dalsuco Nazir Bhikha Edgar Baloi
Conselho Fisca	CW Ducker	CW Ducker

30.1 Saldo de partes relacionadas

	2022	2021
Montante devido a partes relacionadas		
Bayport Management Ltd	1,448,220,199	1,695,333,386
Bayport Management Ltd (Honorários profissionais)	152,428,524	311,073,395
Actvest (Proprietary) Limited (Recuperações de custos)	923,937	814,491
Actvest (Proprietary) Limited (Honorários profissionais)	272,837,033	235,242,704
Empréstimos e contas a receber - administradores executivos	(1,253,529)	(1,436,067)

O montante a pagar aos accionistas encontra-se divulgado na nota 23.

30.2 Transações com partes relacionadas

	2022	2021
Bayport Management Ltd		
Juros pagos	217,501,891	221,791,749
Honorários por serviços profissionais pagos	236,419,098	188,301,467
Total	453,920,989	410,093,216
Actvest (Proprietary) Limited		
Honorários por serviços profissionais pagos	128,113,574	140,817,092
Whatana Investments, S.A		
Remunerações dos Administradores	25,079,095	23,367,934
Remuneração dos Administradores		
Remuneração dos Administradores	1,446,830	2,286,278

30.3 Remunerações dos administradores e outro pessoal chave da Gestão

	2022	2021
Benefícios de curto prazo ao pessoal	44,787,041	33,329,879
Benefícios pós emprego	1,092,196	909,988
Total	45,879,237	34,239,867

O Microbanco também contribui para o fundo de pensões do INSS em relação aos benefícios pós-emprego. Não houve outros benefícios a longo prazo, benefícios de rescisão ou pagamentos com base em acções incorridos em 2022 ou 2021.

31. Gestão de risco

O Conselho de Administração é responsável pela gestão de riscos e pelo estabelecimento da estrutura de gestão de risco. O Comité de Auditoria, Risco e Conformidade ("ARC") é responsável pela supervisão de gestão de risco e monitoria riscos associados aos relatórios financeiros, políticas contabilísticas, controlo interno e governação de tecnologias de informação. O ARC é responsável pela gestão de risco, incluindo a definição da estrutura de gestão de risco, definição da apetência pelo risco e monitoria da gestão de risco do Microbanco incluindo crédito e conformidade

31.1 Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco de perda resultante de incumprimento de um cliente ou uma contraparte em cumprir uma obrigação para com o Microbanco. Os principais riscos de crédito a que o Microbanco está exposto resultam de empréstimos a retalho. Não faz parte das estratégias do Microbanco evitar o risco de crédito, mas pelo contrário gerir risco de crédito no âmbito da apetência pelo risco do Microbanco e obter um retorno adequado e ajustado ao risco.

Gestão e mensuração de risco de crédito

O Microbanco é responsável pela identificação, mensuração, gestão, controlo e comunicação de risco de crédito às suas unidades de negócios. A exposição a perdas de crédito é gerida pela avaliação da sustentabilidade do cliente e da sua capacidade de

reembolsar empréstimos, o perfil de risco, a situação de emprego e a estabilidade do cliente. Os prazos de empréstimos concedidos variam de 3 a 84 meses. A imparidade é monitorada e registada usando técnicas estatísticas, incluindo modelos comportamentais e experimentais Estes modelos são baseados em informações de desempenho financeiro dos clientes enquanto fizerem parte da carteira e assumem que o desempenho recente é um forte indicador de desempenho futuro. Os modelos são desenvolvidos internamente.

As cobranças das prestações são efectuados através de deduções na folha de pagamento ou cobranças por ordem de débito. O modelo de identificação de perdas esperadas é desenvolvido usando técnicas estatísticas com base em dados históricos reais. A perda esperada é calculada para cada conta activa, usando estimativas de parâmetro incluindo a probabilidade de incumprimento ("PD" na sigla Inglesa), exposição em incumprimento (EAD na sigla Inglesa) e perda dado o incumprimento (LGD na sigla Inglesa), segmentada usando situações de delinquência assumida (antiguidade, actualização e motivo para incumprimento) assim como o prazo remanescente. A segmentação garante grupos de risco homogêneos. A perda dado o incumprimento é calculada numa base explícita por conta, tomando em consideração o saldo a liquidar, as taxas de desconto e os períodos de desconto.

O Microbanco utilizou a definição de vencido há mais de 30 dias para determinar o aumento significativo do risco de crédito conforme o parágrafo 5.5.11 da IFRS 9.-

Uma vez que as cobranças são principalmente através de deduções na folha de pagamentos, o Microbanco definiu activos financeiros em imparidade de crédito como sendo aqueles que falharam 4 ou mais prestações consecutivas ou quando existirem informações qualitativas que demonstrem o mutuário estar em dificuldade financeira. Portanto, rebatemos o pressuposto de 90 dias, com base na análise quantitativa histórica das probabilidades de incumprimento e no alinhamento de processos operacionais de cobrança.-

31.1 Risco de crédito (continuação)

Activos financeiros sujeitos a risco

A exposição máxima ao risco de crédito dos activos financeiros no final do exercício é analisada como se segue:

Saldo em 31 de Dezembro de 2022	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Outros Activos	Outros investimentos financeiros	Total
Nem vencido nem em imparidade**	14,875,124,201	33,008,710	1,621,576,847	16,529,709,758
Vencido mas não em imparidade	1,844,525,612	-	-	1,844,525,612
Em imparidade	419,293,868	-	-	419,293,868
Dedução da imparidade	(897,429,388)	-	(5 974 081)	(903,403,469)
	16,241,514,293	33,008,710	1,615,602,766	17,890,125,769

Saldo em 31 de Dezembro de 2021	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Outros Activos	Outros investimentos financeiros	Total
Nem vencido nem em imparidade**	12,566,724,145	36,445,037	1,439,954,479	14,043,123,661
Vencido mas não em imparidade	1,727,656,042	-	-	1,727,656,042
Em imparidade	276,393,957	-	-	276,393,957
Dedução da imparidade	(414,847,077)	(18,333)	-	(414,865,410)
	14,155,927,067	36,426,704	1,439,954,479	15,632,308,250

** Os empréstimos e adiantamentos a clientes excluem despesas e receitas diferidas, que não são instrumentos financeiros.

31.1 Risco de crédito (continuação)

Activos financeiros vencidos mas sem imparidade de crédito

A maturidade dos empréstimos e adiantamentos vencidos não em imparidade é a seguinte:

	2022	2021
Vencido até		
1 mês	764,386,981	867,854,200
1-2 meses	312,555,944	258,068,622
2-3 meses	164,713,139	147,010,052
3-4 meses	113,188,864	100,307,082
Mais de 4 meses	489,680,684	354,416,086
Empréstimos vencidos mas não em imparidade	1,844,525,612	1,727,656,042

Avaliação das garantias

Os empréstimos não são garantidos e a garantia detida pelo Microbanco é imaterial Os empréstimos não garantidos são, no entanto, cobertos por um seguro de crédito de morte, invalidez permanente e temporária, retração e doença prolongada.

Reconciliação das perdas por imparidade	Estágio 1 Perdas por imparidade para 12 meses	Estágio 2 Perdas por imparidade previstas para o ciclo de vida	Estágio 3 Activos financeiros por imparidade	Total
Saldo em 01 de Janeiro de 2021	65,437,627	169,538,573	25,742,912	260,719,112
Originações	38,207,111	44,662,051	19,910,011	102,779,173
Movimentos da carteira existente	(20,697,644)	4,176,108	181,668,617	165,147,080
Desreconhecimento (liquidações no curso normal dos negócios)	(20,761,547)	(35,840,124)	(9,726,219)	(66,327,889)
Abates - (Write-offs)	-	-	(47,470,399)	(47,470,399)
Saldo em 01 de Janeiro de 2022	62,185,547	182,536,608	170,124,922	414,847,077
Originações	59,288,361	58,140,824	40,683,860	158,113,044
Movimentos da carteira existente	17,880,289	181,774,406	197,088,929	396,743,624
Desreconhecimento (liquidações no curso normal dos negócios)	(11,900,026)	(21,030,739)	(33,509,712)	(66,440,476)
Abates - (Write-offs)	-	-	(5,833,881)	(5,833,881)
Investimentos - Movimentos da carteira existente	5,974,081	-	-	5,974,081
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	133,428,253	401,421,099	368,554,117	903,403,469

31.2 Categorias de instrumentos financeiros

	2022	2021
Activos financeiros		
<u>Ao custo amortizado</u>		
Caixa e disponibilidades no Banco Central	558,778,926	491,106,145
Depósitos em outras instituições financeiras	708,834,655	299,443,630
Empréstimos e adiantamentos aos clientes**	16,241,514,293	14,155,927,067
Outros Activos	33,008,710	36,463,370
Outros activos financeiros	1,608,642,464	1,432,994,176
<u>Ao justo valor através de outro rendimento integral:</u>		
Outros activos financeiros	6,960,302	6,960,302
Total de Activos financeiros	19,157,600,350	16,422,894,690
Passivos financeiros		
<u>Ao custo amortizado</u>		
Depósitos de clientes	5,040,837,434	3,581,595,678
Recursos de instituições de crédito	-	60,525,669
Outros Passivos	330,888,085	521,066,157
Locação financeira	111,227,336	127,472,363
Empréstimos*	8,051,249,138	6,654,840,789
Empréstimos dos accionistas	1,600,648,723	2,006,406,781
Total de Passivos financeiros	15,134,850,716	12,951,907,437

* Os fundos emprestados excluem os custos de transacção diferidos que não são instrumentos financeiros.

** Os empréstimos e adiantamentos a clientes excluem despesas e receitas diferidas, que não são instrumentos financeiros.

31.3 Gestão de riscos financeiros

As actividades do Microbanco encontram-se expostas a uma variedade de riscos financeiros e essas actividades envolvem a análise, avaliação, aceitação e gestão de algum grau de risco ou combinação de riscos. Assumir risco é inerente à actividade financeira, e os riscos operacionais são uma consequência inevitável do exercer esta actividade. O objectivo do Microbanco é, portanto, alcançar um equilíbrio adequado entre o risco e retorno e minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Microbanco.

31.4 Risco de liquidez

O quadro abaixo analisa os activos e passivos por grupos de maturidade relevantes com base no período restante na demonstração da posição financeira até à data de maturidade contratual. A soma dos saldos representados na análise de maturidade não se reconcilia com o valor contabilístico do activo/passivo, conforme divulgado na demonstração da posição financeira. Isto porque os montantes divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

A correspondência e o desencontro controlado dos prazos de vencimento e das taxas de juro dos activos e passivos é fundamental para a gestão da entidade. Não é comum que as instituições financeiras sejam sempre completamente correspondidas considerando que o negócio praticado é, muitas vezes, incerto e de diferentes tipos. Uma posição não correspondida aumenta potencialmente a lucratividade, mas pode aumentar igualmente o risco de perdas.

A maturidade dos activos e passivos para substituir, a um custo aceitável, passivos geradores de juros assim que vencam, é um factor importante na avaliação da liquidez da entidade e da sua exposição às mudanças nas taxas de juro e taxas de câmbio.-

Saldo em 31 de Dezembro de 2022					
Fluxos de caixa de activos financeiros	0-3 meses	4-12 meses	1 - 5 anos	> 5 anos	Total
Caixa e disponibilidades no Banco Central	558,778,926	-	-	-	558,778,926
Depósitos em outras instituições financeiras	708,834,655	-	-	-	708,834,655
Empréstimos a adiantamentos a clientes	1,707,620,991	5,160,426,643	21,643,323,353	4,910,845,830	33,422,216,817
Outros Activos	33,008,710	-	-	-	33,008,710
Outros activos financeiros	1,177,398,368	431,244,096	-	-	1,608,642,464
Fluxos de caixa de activos financeiros	4,185,641,650	5,591,670,739	21,643,323,353	4,910,845,830	36,331,481,572
Fluxos de caixa de passivos financeiros	0-3 months	4-12 months	1-5 years	>5years	Total
Depósitos de clientes	1,558,317,279	3,105,753,212	804,781,374	-	5,468,851,865
Recursos de instituições de crédito	-	-	-	-	-
Outros Passivos	604,649,055	-	-	-	604,649,055
Empréstimos	872,152,736	2,301,632,832	8,484,993,627	-	11,658,779,195
Empréstimos dos accionistas	280,075,274	475,978,342	1,083,741,646	-	1,839,795,262
Fluxos de caixa de passivos financeiros	3,315,194,344	5,883,364,386	10,373,516,647	-	19,572,075,377
Posição financeira líquida	870,447,306	(291,693,647)	11,269,806,706	4,910,845,830	16,759,406,195
Saldo em 31 de Dezembro de 2021					
Fluxos de caixa de activos financeiros	0-3 meses	4-12 meses	1-5 anos	> 5 anos	Total
Caixa e disponibilidades no Banco Central	491,106,145	-	-	-	491,106,145
Depósitos em outras instituições financeiras	299,443,630	-	-	-	299,443,630
Empréstimos a adiantamentos a clientes	1,526,096,455	4,453,685,440	17,952,434,553	-	23,932,216,448
Outros Activos	36,463,370	-	-	-	36,463,370
Outros activos financeiros	1,432,994,176	-	-	-	1,432,994,176
Fluxos de caixa de activos financeiros	3,786,103,776	4,453,685,440	17,952,434,553	-	26,192,223,769
Fluxos de caixa de passivos financeiros	0-3 months	4-12 months	1-5 years	> 5 years	Total
Depósitos de clientes	558,613,382	3,234,355,584	64,004,805	-	3,856,973,770
Recursos de instituições de crédito	60,525,669	-	-	-	60,525,669
Outros Passivos	521,066,157	-	-	-	521,066,157
Empréstimos	1,385,796,368	1,635,872,006	6,192,776,363	-	9,214,444,737
Empréstimos dos accionistas	441,895,288	518,342,899	1,655,334,898	-	2,615,573,085
Fluxos de caixa de passivos financeiros	2,967,896,864	5,388,570,489	7,912,116,066	-	16,268,583,418
Posição financeira líquida	818,206,912	(934,885,049)	10,040,318,487	-	9,923,640,351

31.5 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o justo valor ou fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros irá variar devido a alterações das variáveis do mercado, tais como taxas de juros, taxas de câmbio, e os preços das acções. O risco dos preços das acções não se aplica ao Microbanco.

31.6 Risco de taxa de juros

O objectivo do processo de gestão de risco de taxas de juro do Microbanco é gerir e controlar a exposição das taxas de juro para otimizar o retorno sobre o risco, mantendo um perfil de mercado consistente com a missão do Microbanco

O risco das taxas de juro é o risco de os movimentos nas taxas de juro reduzirem o rendimento ou o capital do Microbanco.

A parte principal da gestão de risco das taxas de juro do Microbanco é o acompanhamento da sensibilidade do rendimento líquido de juros projectado sob diferentes cenários de taxas de juro (modelo de simulação). O Microbanco tem como objectivo, através da sua gestão de risco de taxas de juro, mitigar o impacto dos potenciais movimentos nas taxas de juro, que poderiam reduzir os resultados futuros e o capital.

Análise de sensibilidade - Aumento/diminuição de 10% na margem de juros líquida

A análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro baseia-se nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juros de mercado que afectam o receitas ou despesas de juros de instrumentos financeiros variáveis;
- Alterações nas taxas de juro de mercado que afectam as receitas ou despesas de juros em relação aos instrumentos financeiros com taxas de juro fixas se estes forem reconhecidos pelo seus justos valores;
- As alterações nas taxas de juro terão um efeito nos activos e passivos sensíveis a juros e, por conseguinte, a modelização de simulação é aplicada a instrumentos financeiros que são cotados a taxas de juro variáveis;
- As projecções incluem outros pressupostos, incluindo todas as posições executadas até à maturidade.

A tabela abaixo apresenta impacto no lucro corrente e o capital próprio de uma redução ou aumento paralela incremental de 10% em todas as curvas de rendimento no início no exercício financeiros com início em 1 de Janeiro de 2022 e 1 de Janeiro de 2021.

	Montante	Cenário 1 Efeito após aumento de 10% em MZN de juros variáveis	Cenário 2 Efeito após redução de 10% em MZN de juro variáveis
Saldo em 31 de Dezembro de 2022			
Lucro do exercício	656,206,920	517,866,121	794,547,719
Capital próprio	4,266,283,849	4,127,943,049	4,404,624,647
	Montante	Cenário 1 Efeito após aumento de 10% em MZN de juros variáveis	Cenário 2 Efeito após redução de 10% em MZN de juro variáveis
Saldo em 31 de Dezembro de 2021			
Lucro do exercício	866,047,298	803,747,547	928,347,049
Capital próprio	3,844,597,858	3,782,298,110	3,906,897,612

Assumindo a falta de acções de gestão, uma subida diminuirá os lucros após imposto do Microbanco e o capital próprio em MZN 138,340,799 (31 de Dezembro de 2021: MZN 62,299,751) enquanto uma redução aumentaria os lucros após impostos e o capital próprio nas mesmas quantias.

31.7 Gestão de risco de capital

A estrutura de capital do Microbanco consiste em capital próprio atribuível aos accionistas que compreende o capital realizado e os lucros acumulados. O Microbanco revê a estrutura de capital numa base regular. O Microbanco não está sujeito a nenhum requisito de capital externamente imposto.

A estrutura de capital do Microbanco consiste em dívida, que inclui os empréstimos bancários divulgados nas notas 18 e 22, valores a pagar aos accionistas divulgados na nota 23, caixa e equivalentes de caixa divulgados nas notas 10, 11 e 19 e o capital próprio conforme divulgado na demonstração da posição financeira. De modo a manter ou ajustar a estrutura de capital, o Microbanco pode ajustar o montante dos dividendos pagos aos accionistas, retornar o capital aos accionistas, emitir novas acções para reduzir a dívida. Tal como as outras entidades no sector, o Microbanco monitora o capital em função do rácio de alavancagem. Consistente com outros no sector, o Microbanco também monitora o capital com base no rácio de endividamento.

31.8 Risco cambial

O Microbanco possui certos empréstimos em moeda estrangeira e está sujeito a riscos cambiais decorrentes de várias exposições cambiais. Por conseguinte, o Microbanco está exposto ao risco de que as quantias escrituradas desses activos e passivos denominados em moeda estrangeira possam mudar devido a flutuações nas taxas de câmbio.

A posição cambial do Microbanco é a seguinte:

	MZN	USD	ZAR	TZS	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2022					
Activos					
Caixa e disponibilidades no Banco Central	558,778,926	-	-	-	558,778,926
Depósitos em outras instituições financeiras	708,695,953	136,517	2,185	-	708,834,655
Empréstimos e adiantamentos aos clientes**	16,241,514,293	-	-	-	16,241,514,293
Outros Activos	33,008,710	-	-	-	33,008,710
Outros activos financeiros	1,615,602,766	-	-	-	1,615,602,766
Total de Activos financeiros	19,157,600,648	136,517	2,185	-	19,157,739,350
Passivos					
Depósitos de clientes	5,040,837,434	-	-	-	5,040,837,434
Recursos de instituições de crédito	-	-	-	-	-
Outros Passivos	330,788,422	272,837,033	923,937	99,663	330,888,085
Locação financeira	111,227,336	-	-	-	111,227,336
Empréstimos*	8,051,249,138	-	-	-	8,051,249,138
Empréstimos dos accionistas	1,448,220,199	152,428,524	-	-	1,600,648,723
Total de Passivos financeiros	14,982,322,529	425,265,557	923,937	99,663	15,408,611,686
Posição financeira líquida	4,175,278,119	(425,129,040)	(921,752)	(99,663)	3,749,028,031

* Os fundos emprestados excluem os custos de transacção diferidos que não são instrumentos financeiros.

** Os empréstimos e adiantamentos a clientes excluem despesas e receitas diferidas, que não são instrumentos financeiros.

	MZN	USD	ZAR	TZS	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2021					
Total de Activos financeiros	16,422,862,554	29,613	2,524	-	16,422,894,691
Total de Passivos financeiros	10,709,293,632	2,241,649,485	814,491	149,829	12,951,907,437
Posição financeira líquida	5,713,568,922	(2,241,619,872)	(811,967)	(149,829)	3,470,987,254

O objectivo do processo de gestão de risco cambial da entidade é gerir e controlar a exposição cambial para otimizar o retorno sobre o risco, mantendo um perfil de mercado consistente com a missão da entidade. O risco cambial é o risco dos movimentos das taxas de câmbio reduzirem os rendimentos ou o capital da entidade.

A parte principal da gestão de risco cambial do Microbanco é o acompanhamento da sensibilidade dos ganhos futuros e do capital para diferentes taxas de câmbio. A entidade tem como objectivo, através da sua gestão de risco de taxas de juro, mitigar o impacto dos potenciais movimentos nas taxas de juro, que poderiam reduzir os resultados futuros e o capital.

Riscos cambiais - apreciação/depreciação do Metical face a outras moedas em 10% -

A análise de sensibilidade de riscos cambiais baseia-se nos seguintes pressupostos:

- As exposições cambiais representam posições cambiais líquidas de todas as moedas diferentes do Metical;
- A análise de sensibilidade de moedas é baseada no pressuposto de que todas as posições cambiais líquidas são altamente eficazes;
- A moeda base em que os negócios do Microbanco são realizados é o Metical.

A tabela abaixo resume o impacto sobre o lucro do exercício corrente e o capital próprio de uma redução 10% e de um aumento correspondente em todas as moedas estrangeiras no início do exercício financeiro iniciado em 1 de Janeiro de 2022 e 1 de Janeiro de 2021 respectivamente.

Assumindo a ausência de acções de gestão, uma série de tais reduções e aumentos afectaria os ganhos futuros e o capital, conforme ilustrado na tabela abaixo:

	Montante	Cenário 1 Efeito após apreciação de 10% em MZN	Cenário 2 Efeito após depreciação 10% em MZN
Saldo em 31 de Dezembro de 2022			
Lucro do exercício	656,206,924	656,197,493	656,216,356
Capital próprio	4,266,283,849	4,266,274,417	4,266,293,281
Saldo em 31 de Dezembro de 2021			
Lucro do exercício	866,047,298	903,304,705	828,789,890
Capital próprio	3,844,597,858	3,881,855,266	3,807,340,451

Assumindo a falta de acções de gestão, uma apreciação do Metical aumentaria o lucro após impostos e o capital próprio em MZN 28,970,280 (31 de Dezembro de 2021 em MZN 37,258,583), e uma depreciação em MZN diminuiria o lucro após impostos e o capital próprio pelo mesmo valor.

32. Risco operacional

O risco operacional é o risco de perdas decorrentes de falhas de sistemas, erro humano, fraude ou acontecimentos externos. Quando ocorre uma falha nos controlos, os riscos operacionais podem causar danos na reputação da instituição, ter implicações legais ou regulamentares ou dar origem a perdas financeiras. A Instituição não pode esperar eliminar todos os riscos operacionais, mas através de uma estrutura de controlo e de monitoria e respondendo aos potenciais riscos, a instituição é capaz de gerir os riscos. Os controlos incluem uma efectiva segregação de funções, acesso, autorização e procedimentos de reconciliação, formação do pessoal e processos de avaliação.

33. Mensuração do justo valor

As informações abaixo apresentam a forma como o Microbanco determina o justo valor dos diversos activos e passivos financeiros.

Os instrumentos financeiros que são mensurados após o reconhecimento inicial pelo justo valor, agrupados nos Níveis 1 a 3 com base no grau em que o valor justo é observável:

- Nível 1: Preços cotados (não ajustáveis) em mercados activos para os activos e passivos financeiros idênticos. Este nível inclui valores mobiliários cotados e instrumentos de dívida na bolsa de valores (por exemplo, Bolsa de Valores de Moçambique);
- Nível 2: Inputs, além dos preços cotados, incluídos no nível 1 que são adoptados pelo mercado para o activo ou passivo, seja directamente (ou seja, como preços) ou indirectamente (ou seja, derivados dos preços);
- Nível 3: Inputs para o activo ou passivo que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Este nível inclui investimentos de capital e instrumentos de dívida com componentes não observáveis significativos.

Justo valor de activos e passivos financeiros do Microbanco que são mensurados pelo justo valor numa base recorrente.

Excepto quando divulgado em outra parte, os Administradores consideram que a quantia escriturada dos outros activos financeiros se aproxima dos seus justos valores.

Justo valor de activos e passivos financeiros que não são mensurados pelo justo valor numa base recorrente (mas cujas divulgações do justo valor são necessárias).

O Microbanco avalia pelo modelo do valor actual líquido para obter o valor justo das Obrigações do Tesouro em activos financeiros disponíveis para venda. As taxas de juros utilizadas para o desconto são observáveis no mercado e correspondem às taxas de juros dos Bilhetes do Tesouro, dependendo das datas de maturidade.

O justo valor de instrumentos não cotados, empréstimos bancários e outros passivos financeiros é estimado pelo desconto dos fluxos de caixa futuros usando taxas actualmente disponíveis para dívidas em condições similares, risco de crédito e maturidades remanescentes.

A tabela a seguir mostra uma análise dos instrumentos financeiros registados ao custo amortizado pelo nível da hierarquia de justo valor:

	Saldo em 31 de Dezembro de 2022		Saldo em 31 de Dezembro de 2021	
	Quantia escriturada MZN	Justo valor MZN	Quantia escriturada MZN	Justo valor MZN
Activos financeiros				
Ao custo amortizado				
- Investimentos financeiros	1,608,642,464	1,608,642,464	1,432,994,176	1,432,994,176
Empréstimos a adiantamentos a clientes**	16,241,514,293	16,241,514,293	14,155,927,067	14,155,927,067
Ao justo valor através de outro rendimento integral;				
- Investimentos financeiros	6,960,302	6,960,302	6,960,302	6,960,302
	17,857,117,059	17,857,117,059	15,595,881,545	15,595,881,545
Passivos financeiros				
Passivo financeiro ao custo amortizado				
- Depósitos de clientes	5,040,837,434	5,040,837,434	3,581,595,678	3,581,595,678
- Locação financeira	111,227,336	111,227,336	127,472,363	127,472,363
- Empréstimos*	8,051,249,138	8,051,249,138	6,654,840,789	6,654,840,789
- Empréstimos dos accionistas	1,600,648,723	1,600,648,723	2,006,406,781	2,006,406,781
	14,803,962,631	14,803,962,631	12,370,315,611	12,370,315,611

* Os fundos emprestados excluem os custos de transacção diferidos que não são instrumentos financeiros.

** Os empréstimos e adiantamentos a clientes excluem despesas e receitas diferidas, que não são instrumentos financeiros.

Hierarquia do justo valor em 31 de Dezembro de 2022	Nível 1: MZN	Nível 2: MZN	Nível 3: MZN	Total MZN
Activos financeiros				
Ao custo amortizado				
Empréstimos a adiantamentos a clientes**	-	-	16,241,514,293	16,241,514,293
- Outros activos financeiros	-	-	1,608,642,464	1,608,642,464
Ao justo valor através de outro rendimento integral;				
- Outros activos financeiros	-	-	6,960,302	6,960,302
Total	-	-	17,857,117,059	17,857,117,059

	Nível 1: MZN	Nível 2: MZN	Nível 3: MZN	Total MZN
Passivos financeiros				
Ao custo amortizado				
- Depósitos de clientes	-	-	5,040,837,434	5,040,837,434
- Locação financeira	-	-	111,227,336	111,227,336
- Empréstimos	-	-	8,051,249,138	8,051,249,138
- Empréstimos dos accionistas	-	-	1,600,648,723	1,600,648,723
Total	-	-	14,803,962,631	14,803,962,631

Hierarquia do justo valor em 31 de Dezembro de 2021	Nível 1: MZN	Nível 2: MZN	Nível 3: MZN	Total MZN
Activos financeiros				
Ao custo amortizado				
Empréstimos a adiantamentos a clientes**	-	-	14,155,927,067	14,155,927,067
- Outros activos financeiros	-	-	1,432,994,176	1,432,994,176
Ao justo valor através de outro rendimento integral;				
- Outros activos financeiros	-	-	6,960,302	6,960,302
Total	-	-	15,595,881,545	15,595,881,545

	Nível 1: MZN	Nível 2: MZN	Nível 3: MZN	Total MZN
Passivos financeiros				
Ao custo amortizado				
- Depósitos de clientes	-	-	3,581,595,678	3,581,595,678
- Locação financeira	-	-	127,472,363	127,472,363
- Empréstimos	-	-	6,654,840,789	6,654,840,789
- Empréstimos dos accionistas	-	-	2,006,406,781	2,006,406,781
Total	-	-	12,370,315,611	12,370,315,611

34. Gestão de risco de capital

O Microbanco mantém uma gestão activa do capital para cobrir os riscos inerentes ao negócio. A adequação do capital do Microbanco é monitorado usando, entre outras medidas, as regras e os rácios estabelecidos pelo Banco de Moçambique. Os principais objectivos da gestão de capital são os que visam que o Microbanco:

- Cumpra com os requisitos de capitais impostos pelo Banco de Moçambique;
- Mantenha uma forte e saudável notação de rácios de capital, a fim de apoiar o seu negócio; e
- Tenha a capacidade de operar segundo o pressuposto da continuidade, a fim de proporcionar o máximo retorno, e maximizar o valor aos accionistas.

O Microbanco cumpre com os requisitos emanados pelo Banco de Moçambique, estando sujeito a um acompanhamento contínuo diário das posições cambiais e numa base mensal, no que diz respeito ao Rácio de Solvabilidade tal como à Solvabilidade e à Concentração de Crédito. O Banco de Moçambique exige a cada Microbanco para manter o nível mínimo do capital regulamentar de 8% dos activos ponderados pelo risco. Por este facto, o Microbanco não poderá aumentar o património de activos, de acordo com o Aviso 6/GBM/2007 e a capacidade de continuidade pode estar em causa.

A tabela a seguir resume o cálculo do índice de adequação de capital da instituição para a exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021 de acordo com as exigências do Banco de Moçambique:

	2022	2021
Fundos próprios de base (Tier I)		
Capital social realizado	2,775,999,645	2,775,999,645
Reserva legal	506,072,038	246,257,848
Reservas elegíveis e resultados transitados	328,005,241	(278,227,866)
Reservas de reavaliação negativas	(361,853,873)	-
Activos intangíveis	(367,373,033)	(434,726,219)
Gap de provisão de imparidade	(279,500,161)	(481,008,964)
Fundos próprios de base (Tier I)	2,601,349,857	1,828,294,444
FFundos próprios complementares (Tier II)		
Outros	1,694,583	(1,459,495)
FFundos próprios complementares (Tier II)	1,694,583	(1,459,495)
Capital Elegível (Tier I e Tier II)	2,603,044,440	1,826,834,949
Activos Ponderados pelo Risco (APR)		
Risco de crédito	13,556,665,613	11,675,962,117
Na Posição extrapatrimonial	-	-
Risco operacional e de mercado	310,283,138	244,127,981
	13,866,948,751	11,920,090,098
Rácios de adequação de Capital		
Fundos próprios de base (Tier 1 Capital)	18.76%	15.34%
Capital de Nivel II (Core Tier 2 Capital)	0.01%	0.01%
Rácio de solvabilidade	18.77%	15.35%
Rácio de solvabilidade (Mínimo Exigido)	8.00%	8.00%

36. Eventos após o período de relato

O Banco de Moçambique aumentou os níveis de reservas obrigatórias de 10,50% para 28% e de 11,00% para 28,50% para moedas locais e estrangeiras, respectivamente, no dia 25 de Janeiro de 2023, como explicado na secção 7 do Relatório do Conselho de Administração. Não houve outros eventos significativos materiais após a data do relatório que exigissem divulgação ou ajustamento nas demonstrações financeiras para o ano findo a 31 de Dezembro de 2022.